



SANEAMENTO

A linha divisória da saúde pública

Epidemias provocadas pelo *Aedes aegypti* põem em xeque infraestrutura para águas, esgoto e resíduos sólidos

Violência contra a mulher

Resenha
Aposentadoria

Portal de Notícias do Senado

Mais transparência e informação para você



Secom / Publicidade e Marketing



Transparente

Encontre informações claras e acessíveis



Compatível

Navegue facilmente em qualquer plataforma: computador, tablet ou celular



Participativo

Participe da atividade legislativa por meio de ferramentas como e-Cidadania, Ouvidoria e Portal da Transparência



Fácil

Encontre o que você procura de forma mais rápida e fácil



Multimídia

Veja a informação completa, com áudios, vídeos, textos e imagens

www.senado.leg.br/noticias

SENADO FEDERAL



Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão,
João Alberto Souza, Elmano Férrer, Douglas
Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando
Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

Expediente

Secretaria de
Comunicação Social



Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro
A revista **Em Discussão!** é editada pela
Secretaria Agência e Jornal do Senado
Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Editor-chefe: Nelson Luiz de Oliveira
Edição e reportagem: André Falcão,
Janaína Araújo, Nelson Luiz de Oliveira
Resenha: Augusto Cesar de Castro
Colaboração: Tércio Ribas Torres e Silvio
Burle
Capa: Priscilla Paz sobre foto de Codevasf
(divulgação)
Diagramação: Bruno Bazílio e Priscilla Paz
Arte: Bruno Bazílio, Cássio Sales Costa,
Claudio Portella, Diego Jimenez, Flávia
Gonçalves e Priscilla Paz
Revisão: Fernanda Vidigal, Joseana
Paganine, Juliana Steck, Silvio Burle e
Tatiana Beltrão
Pesquisa de fotos: Braz Félix, Fernando
Bizerra e Leonardo Sá
Tratamento de imagem: Afonso Celso F.A.
Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor:
(61) 3303-3333

Fechamento desta edição: 26 de abril
de 2016

Tiragem: 10 mil exemplares

Site: www.senado.leg.br/emdiscussao
E-mail: emdiscussao@senado.leg.br
Twitter: @Agencia_Senado
www.facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211
Via N2, Unidade de Apoio 3 do Senado
Federal, 70165-920, Brasília, DF

A reprodução do conteúdo é permitida,
desde que citada a fonte.

Siga a tramitação dos projetos:
www.senado.leg.br

Impresso pela Secretaria de
Editoração e Publicações (Segraf)



**Atrasos no saneamento prejudicam
as crianças pobres, que são mais
afetadas pelas epidemias**

Aos leitores

Seis anos depois de ser lançada, a revista **Em Discussão!** reformula o seu projeto editorial. A partir deste número, deixa de ser monotemática. Além de ampliarmos o número de matérias, criamos duas novas seções. “Em Pauta” é um espaço para notas. E abrigará fotos que agreguem ao valor jornalístico qualidade técnica excepcional. “Brasil em Debate” apresentará, no formato de resenha, estudos divulgados pela Consultoria Legislativa.

Ainda que o tratamento de mais assuntos possa significar uma diminuição de amplitude na abordagem de cada um deles, **Em Discussão!** não perdeu o compromisso com a análise e o aprofundamento. Apenas trabalhará com recortes mais estreitos, buscando, dentro dessa delimitação, chegar de maneira sucinta aos aspectos cruciais dos diversos problemas que desafiam a atividade legislativa.

Eleito para figurar como destaque desta edição, o saneamento básico já foi, por três vezes, objeto de exame pela revista. Nas duas primeiras, o que esteve em evidência foi a destinação inadequada dos resíduos sólidos. Na terceira, a crise de abastecimento de água. O assunto volta no momento em que o país se defronta com uma série de fragilidades em matéria de infraestrutura e comportamento evidenciadas pela tríplice epidemia provocada pelo mosquito *Aedes aegypti*.

Sensível à comoção nacional em torno dos casos de microcefalia atribuídos ao vírus Zika, a equipe da revista buscou entender os problemas nas áreas de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgotos, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo. E o fez tendo como guia a avaliação do Plano Nacional

de Saneamento Básico (Plansab) pelo Senado. Desde 2014, as comissões permanentes da Casa se dedicam, por força de resolução, a analisar as diversas políticas públicas, uma das funções precípua do Parlamento.

Já a abordagem da desigualdade de gêneros está calcada na avaliação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Também aí foram encontradas fragilidades pelos senadores. E, da mesma forma que no caso das epidemias, a realidade foi pródiga em nos fornecer elementos dramáticos para avivar a cor necessariamente sóbria dos relatórios: não apenas se registraram inúmeras agressões em março. Uma juíza de São Paulo teve o corpo encharcado com gasolina dentro da própria vara que coordena no Fórum do Butantã: justamente a que cuida da violência doméstica.

Tatiane Moreira Lima ficou cerca de 30 minutos como refém de Alfredo José dos Santos, que ameaçou incendiá-la caso não gravasse um vídeo no celular inocentando-o da acusação de ter batido na ex-mulher. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) diz concordar com a interpretação da juíza de que sofreu “violência de gênero”. Ou seja, se no lugar dela estivesse um homem, o agressor não teria cometido o ato.

Ironicamente, como a desvelar uma dupla vulnerabilidade, a pauta da mulher liga-se à do saneamento quando se observam os encargos pesados das mães de bebês com microcefalia. Em apuros, pais rejeitam filhos e abandonam as companheiras. Não sem motivo, portanto, a má formação decorrente da zika abriu novo embate entre grupos favoráveis e contrários ao aborto.

Boa leitura!

SUMÁRIO

EPIDEMIAS E SANEAMENTO

Serviços de abastecimento e drenagem de águas, além da limpeza urbana e da coleta de esgotos, influem diretamente no controle de doenças. Esforço da população aliado a ações do governo contra o *Aedes aegypti* mostram-se insuficientes sem um planejamento eficaz para o saneamento básico

6



RICARDO STRICHER / PMPA

RESENHA

Estudo da Consultoria Legislativa do Senado aborda a questão da aposentadoria por idade e elenca razões pelas quais o país precisa mobilizar-se em torno da reforma da Previdência. O custo de adiar uma reestruturação cresce tanto quanto o déficit do sistema

22



MARCOS SANTOS/USP IMAGENS

MACHISMO PERSISTE

A violência contra a mulher continua alarmante, apesar de programas e ações destinados a resolver o problema a cargo dos estados e dos municípios. Política pública de enfrentamento às agressões foi avaliada pelo Senado, que solicitou providências ao governo federal

24



ANTONIO CRUZ/ABR

Veja e ouça mais em:



A tramitação dos projetos pode ser acompanhada no site do Senado: www.senado.leg.br



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Plenário do Senado Federal durante sessão especial destinada a homenagear a Ordem DeMolay, instituição voltada para a educação de jovens

EM PAUTA

PROPAGANDA DE CIGARRO

Um dos itens em pauta na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional é o projeto que amplia as medidas de combate ao tabagismo (PLS 769/2015). Do senador José Serra (PSDB-SP), a proposta proíbe a propaganda ou promoção de cigarros nos locais de venda, entre outras restrições. A matéria conta com o apoio do relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), mas o senador Gladson Cameli (PP-AC) pediu vistas do projeto e promete apresentar um voto em separado. Teme que as medidas causem desemprego e estimulem a pirataria e o contrabando. Serra afirma que as despesas diretas com a saúde dos fumantes estão hoje em R\$ 23 bilhões ao ano, enquanto as receitas de tributação dos cigarros estão na casa dos R\$ 11 bilhões.

LIBERAÇÃO DO JOGO

Aguarda inclusão na pauta do Plenário o substitutivo do senador Blairo Maggi (PR-MT) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 186/2014, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que legaliza os chamados jogos de azar. Jogo do bicho, bingos e cassinos podem voltar à legalidade. O assunto, no entanto, é polêmico. Segundo Nogueira, o Brasil deixa de arrecadar em torno de R\$ 15 bilhões anuais por causa da falta de regulamentação dos jogos de azar. "É no mínimo incoerente



Cassino de Icarai em Niterói, 1932: jogo já foi legal no Brasil

dar um tratamento diferenciado para o jogo do bicho e, ao mesmo tempo, permitir e regulamentar as modalidades de loteria federal hoje existentes", diz o senador. Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o jogo "concentra renda, ao tirar dinheiro de muitos em favor de apenas um ganhador". No entender dele, práticas ilícitas envolvendo drogas e prostituição podem ser estimuladas com a regularização do jogo.

BANDA LARGA

O anúncio de que, a partir de 2017, as operadoras de banda larga passarão a cortar o acesso dos usuários que atingirem o limite de sua franquia de dados e oferecerão pacotes com franquias diferenciadas gerou uma reação rápida na sociedade: com apoio de 20 mil cidadãos, foi admitida pelo Senado uma ideia legislativa que proíbe as operadoras de cortar ou diminuir a velocidade de acesso à internet dos usuários residenciais que tiverem esgotado o limite de suas franquias. A ideia legislativa é um mecanismo de participação popular gerenciado pelo Portal e-Cidadania. A proposta que trata da banda larga será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na forma de sugestão legislativa. E a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado também deverá debater o assunto, conforme adiantou seu presidente, o senador Lasier Martins (PDT-RS). Para o senador Walter Pinheiro (sem partido-BA), a limitação por volume de tráfego representa uma violação dissimulada do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que proíbe a discriminação de conteúdo na rede.

EPIDEMIAS, a conta do despreparo

O avanço da dengue e o aparecimento da zika e da chicungunha confirmam a inadequação do Plano Nacional de Saneamento Básico. Em avaliação no Senado, a política pública do governo federal mereceu uma série de reparos

O dia 17 de novembro de 2015 ficará marcado como aquele no qual o Zika vírus e a doença de mesmo nome entraram definitivamente na lista das grandes preocupações nacionais. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) confirmou naquela data a presença do agente no líquido amniótico de duas mulheres que tiveram bebês com microcefalia na Paraíba. O material foi examinado a partir da insistência da médica Adriana Melo, a primeira a desconfiar da relação entre o Zika e as má-formações. Haviam se passado então 26 dias a partir das primeiras notificações do aumento dos casos dessa má-formação ao Ministério da Saúde, em 22 de outubro.

Três meses depois, em 24 de fevereiro, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou um relatório de avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), política pública coordenada pelo governo federal e executada em cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Na ocasião, o relator da proposta, senador Randolfé Rodrigues (PSOL-AP), foi muito claro ao relacionar diretamente a epidemia de zika, observada

já em abril de 2015, aos problemas de abastecimento regular de água potável, coleta e tratamento de esgotos, drenagem de águas pluviais e recolhimento e destinação de resíduos sólidos (lixo). O parlamentar mencionou ainda a insuficiência dos gastos com a saúde pública.

“Não tenho dúvida, [essas] são as reais causas de termos hoje uma epidemia do *Aedes aegypti* sem controle. O *Aedes aegypti* não é epidemia só do zika. É do zika, da chicungunha e da dengue. Já está comprovado que a mutação do mosquito possibilitou que um dos ambientes naturais favoráveis a ele fosse a ausência de saneamento básico”, afirmou o senador, que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) incluindo esse serviço no rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

A opinião de Randolfé é a mesma da senadora Simone Tebet (PMDB-MS). Ela se manifestara sobre o assunto na reunião anterior da CDR, quando da apresentação do relatório, que trata especificamente da gestão do plano, sob os pontos de vista da elaboração de programas e da comunicação entre o Plansab, o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento Geral da União.

“Estamos colhendo, infelizmente, frutos amargos. A falta de saneamento causa mortalidade infantil por conta de diarreia, doenças de pele. E a sociedade, como um todo, está sendo prejudicada por causa do *Aedes aegypti*”, analisou a senadora.

Diagnóstico

O que a avaliação a cargo de Randolfé desvela é um plano montado em cima de diagnóstico correto da realidade, com ampla participação de atores do poder público e da sociedade, mas que contém equívocos de concepção, como o estabelecimento de metas rígidas e otimistas demais, agora frustradas pela crise econômica. Entre os erros de execução, é possível mencionar o excessivo fracionamento de programas e ações e a gestão orçamentária errática.

“Não podemos dourar a pílula. Não podemos ter planos que venham a causar a sensação de que não tem dever cumprido depois. Essa é uma questão complexa”, advertiu Simone Tebet.

De fato. Os erros do Plansab, em si, não explicam todo o contexto no qual o *Aedes aegypti* prolifera. Para melhor entender a adaptação do mosquito ao Brasil, é preciso ouvir, por

exemplo, o rumor das multidões aglomeradas em loteamentos irregulares, virtuais cidadelas contra estratégias de saneamento, e pensar no aquecimento global e nas suas chuvas torrenciais.

Como lembrou o senador Donizeti Nogueira (PT-TO), na mesma reunião, o plano “pelo menos” aponta “um rumo”, o que, no entender dele, é preferível à falta de direção vivida anteriormente e aos magros orçamentos criticados quando da elaboração da Lei 11.445/2007, a matriz do Plansab, que é de 2013.

Em duas décadas a partir de 2014, programou-se aplicar R\$ 508,4 bilhões de fontes federais (59%) e de governos estaduais e municipais, prestadores de serviços de saneamento, iniciativa pri-

Lixo nas cidades brasileiras: resultado de serviços públicos deficientes e pouco cuidado por parte dos cidadãos

ONU e igrejas ligam doenças a sujeira e falta d'água

A vinculação clara entre os problemas no saneamento e a tríplice epidemia partiu também da Organização das Nações Unidas (ONU) em comunicado de 11 de março em Genebra.

“Enquanto o mundo busca soluções de alta tecnologia para o vírus Zika, não devemos esquecer o péssimo estado da água e do acesso a saneamento pelos pobres”, disse o relator especial das Nações Unidas sobre o direito humano à água potável e ao saneamento, Léo Heller.

“Há uma forte ligação entre os sistemas deficientes de saneamento com o surto atual do mosquito transmissor do vírus zika, bem como de dengue, febre amarela e chicungunha”, completou.

A preocupação com a epidemia de dengue e o risco do aumento de casos de zika e chicungunha predominou nos discursos proferidos durante sessão solene do Congresso Nacional do dia 15 de fevereiro, no Plenário do Senado, em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2016, ancorada no direito à saúde e ao saneamento básico, com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”.

“A proliferação de dengue, zika e chicungunha se deve à boa vida que temos dado ao mosquito *Aedes aegypti*”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. Em 25 de fevereiro, durante a sessão temática de debates no Plenário, ele prometeria dar prioridade a propostas de combate ao mosquito.



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Randolfe Rodrigues, relator da avaliação do Plansab, é taxativo quanto ao mau desempenho da política pública, enquanto Davi Alcolumbre é pessimista sobre as metas fixadas para 2033. Donizeti Nogueira elogia o plano por ter “dado um rumo” ao setor

vada e organismos internacionais (41%). O dinheiro, agora reduzido em pelo menos um terço, seria destinado a obras como canalização de esgotos (medidas estruturais) e melhoria da gestão e capacitação técnica (medidas estru-

turantes). Estas últimas são vistas como uma saudável novidade para evitar que os recursos se desperdicem pela falta de bons projetos e administração competente de obras, além do caráter clientelista de muitas iniciativas.

Num estudo de 2008, ano das primeiras discussões do plano, constatou-se, conforme explicita o relatório, a “existência de um entorno regulatório instável, com entidades que cumprem o trabalho de fiscalização ou regulação com fraca capacidade técnica e institucional e com a presença de metas contratuais que nem sempre estão claramente definidas e são difíceis de auditar”.

Qualidades

Mesmo admitindo-se um contexto mais amplo, o Plansab, como apontam os consultores do Senado e os especialistas convidados pela Casa para audiências públicas e sessões temáticas, deve ter sua responsabilidade muito bem definida, ainda que seja uma peça a ser preservada pelas suas inúmeras qualidades. A principal distorção do plano foi vinculá-lo a um cenário durante o qual o país crescerá à média de 4% ao ano, com inflação baixa, diminuição da dívida pública e aumento dos investimentos estatais, por exemplo.

O monitoramento dessas expectativas estava previsto, inclusive no dia a dia, mas a orientação era analisar em profundidade o comportamento desses múltiplos fatores junto com os resultados do PPA, de quatro em quatro anos. Deduz-se do Plansab que era mais importante a confiança na força indutora das projeções de um futuro exuberante do que verificar a séria histórica dos investimentos no setor e as disponibilidades orçamentárias a cada quadriênio e a cada ano.

Os principais problemas da política de saneamento

O Plansab foi avaliado em cumprimento a resolução do Senado que determina a análise das políticas públicas por parte das comissões permanentes da Casa

Cenário econômico otimista com abundância de recursos para investimentos, inflação em baixa e juros em queda. Projetou-se o crescimento do PIB em 4% ao ano

Metodologia inadequada para fixação das metas por desconsiderar a capacidade de financiamento historicamente verificada e a capacidade de gestão dos órgãos do setor

Falta de **planos e projetos** tecnicamente embasados para fazer as obras necessárias e uma inadequação entre necessidades e disponibilidades reduzem a factibilidade das ações

Metas de serviços de saneamento perpassando cinco mandatos inseridas em uma lei não orçamentária, ou seja, sem garantia de efetiva destinação dos recursos

Pouca atenção às visões dos **demais atores** envolvidos no processo decisório de alocação de recursos, como parlamentares e gestores dos estados e municípios

Fracasso de **metas ambiciosas**, como a da erradicação dos lixões em 2014, levando ao comprometimento, desnecessário, do teor de verdade do plano

Tutela das decisões pela esfera federal. O Plansab foi além do diagnóstico e das grandes linhas de ação, das projeções de investimento e do acompanhamento da política

Falta de **“comunicação”** entre o Plansab e o Plano Plurianual com a indicação no PPA dos componentes, objetivos e indicadores do Plansab a serem materializados pelas verbas

Excesso de **programas e detalhamento exagerado** de projetos e atividades. Para um período de quatro anos, recursos pulverizados em 400 programas podem mostrar-se insuficientes

Descompasso entre os **montantes autorizados** anualmente e os **valores efetivamente utilizados** por falhas no caminho entre o planejamento e a implementação das ações

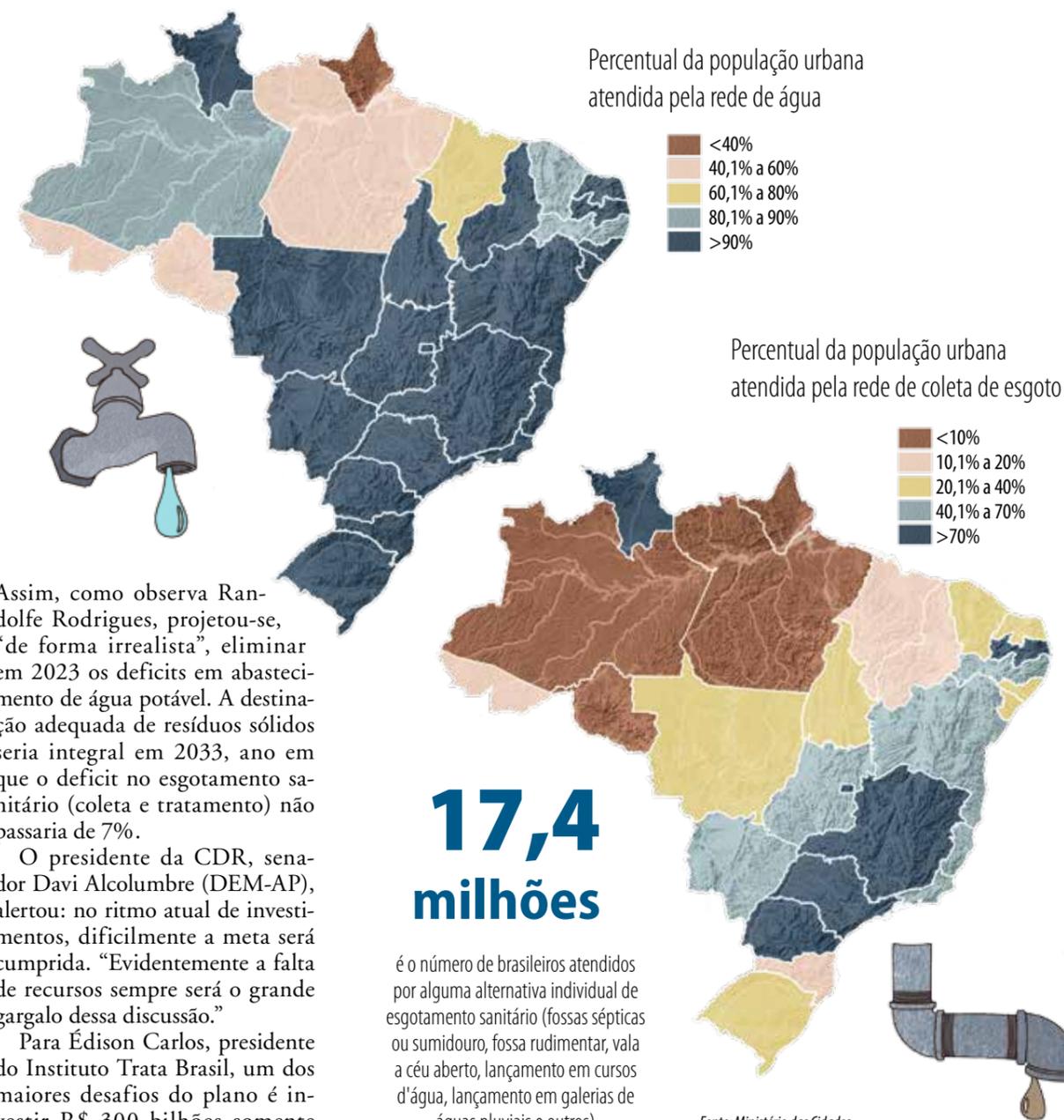
Concentração de recursos e planejamento no **âmbito federal** em função das distorções do arranjo federativo. O governo central deve se ocupar apenas de intervenções estruturantes

Abuso da inscrição de despesas em **“restos a pagar”**, o que dificulta o controle sobre a aplicação do dinheiro e o desempenho dos programas, prejudicando outras iniciativas sem dotação orçamentária

Fonte: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com apoio da Consultoria Legislativa do Senado

A geografia do saneamento e a desigualdade

Deficits no fornecimento de água tratada e na coleta de esgotos espelham diferenças de renda e organização entre os estados e as regiões



17,4 milhões é o número de brasileiros atendidos por alguma alternativa individual de esgotamento sanitário (fossas sépticas ou sumidouro, fossa rudimentar, vala a céu aberto, lançamento em cursos d'água, lançamento em galerias de águas pluviais e outros)

Fonte: Ministério das Cidades

apenas residual (0,2 ponto percentual) no índice de atendimento total com rede de abastecimento de água, comparado a 2013. O fornecimento chegou a 82,5% das necessidades ao final de 2014.

A coleta de esgotos teve um crescimento de 1,3 ponto percentual e está atualmente em 57,6% do que seria necessário no meio urbano. No total do país, o percentual atendido é de 49,8%. Em relação ao indicador médio na-

cional de tratamento dos esgotos gerados (decorrente do fornecimento regular de água), observou-se em 2014 aumento de 1,8 ponto percentual, quando comparado a 2013, dando continuidade à curva de crescimento do indicador, mas com atendimento de somente 40,8% das necessidades. O *Diagnóstico AE2014* chama a atenção para o fato de que o volume de esgotos tratados saltou de 3,624 bilhões de metros cúbicos em 2013 para 3,764 bilhões em

2014, correspondendo a um incremento de 3,9% ou 140 milhões de metros cúbicos.

Quanto ao recolhimento e à destinação dos resíduos sólidos, dados compilados em 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente mostram que, dos 5.570 municípios brasileiros, somente 2.215 (39,8%) dispõem rejeitos de maneira adequada em aterros sanitários. Esse número sugeriria um “fracasso” da política, conforme Randolfe Rodrigues. É que 100% dos municípios deveriam estar adequados em 2014. Os números fornecidos pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), em relatório de 2014, mostram que apenas 58,4% do lixo tinha destinação adequada em 2014, contra 58,3% em 2013 — um crescimento de 0,1 ponto percentual. Em 2014, cerca de 65% dos municípios registraram “alguma iniciativa” em matéria de seletividade da coleta.

e-discussão!

“O que os governos e os cidadãos podem fazer para melhorar o saneamento básico?”

Osmar da Silva Laranjeiras
Como saneamento não chama voto porque o produto está enterrado, os prefeitos devem ser responsabilizados pela falta dessa infraestrutura. O trabalho é gradativo, mas deve começar hoje.

Flavio Edesio
Os governantes usarem bem os recursos e a população fiscalizar as obras públicas.

Amazonino Soares Junior
Cumprir a lei do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos já seria um bom começo.

Hugo Fernandes
Planejamento mais políticas anticorrupção com uma pitada de boa vontade resolvem.

Accesse o debate:
<http://migre.me/tqF2d>



Município Brasil mostra realidade do saneamento

A questão do saneamento básico entrou também na pauta do programa da TV Senado *Município Brasil*. Antonio Cordeiro Netto, professor de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB), afirma em entrevista que muito do que está acontecendo em matéria de infestação do *Aedes aegypti* decorre das carências desse setor. A falta de recursos é um dos fatores que prejudicam as metas do saneamento. Segundo Cláudia Lins, assessora de Meio Ambiente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), é comum os prefeitos não conseguirem dinheiro ao mesmo tempo para o abastecimento de água e para a coleta de esgotos.

A cidade de Valparaíso de Goiás é apresentada no programa como um “município típico” brasileiro, no qual o saneamento é uma tarefa ainda por ser totalmente cumprida: a água chega a 98% da população, mas só 30% do esgoto é coletado. José Mário Cavalcante, gerente da Saneago no distrito, exime a empresa pelos danos ao meio ambiente e à saúde pública. De acordo com ele, a Saneago “não se responsabiliza pelo esgoto que é lançado clandestinamente em rios. O que chega até sua central de efluentes é tratado com 95%

de eficiência”.

Valparaíso é igualmente um exemplo do que ocorre em geral no Brasil quando se trata da drenagem urbana, o escoamento adequado das águas pluviais. Só 30% das necessidades do município são atendidas nesse aspecto, o que tem a ver com a falta de investimentos, mas também com o crescimento acelerado da cidade, distante 40 quilômetros de Brasília. A expansão urbana desordenada aumenta a impermeabilização do solo e cria outras barreiras à drenagem, segundo Thadeu Abicalil, especialista em saneamento do Banco Mundial.

Parceria

A secretária de Infraestrutura de Valparaíso, Cynthia Borges, argumenta que o custo do serviço de drenagem é muito alto e não pode ser bancado apenas com recursos municipais. Muito provavelmente por isso, pesquisa do IBGE constatou que 90% dos municípios com mais de 500 mil habitantes sofrem com alagamentos e a erosão do solo.

Com tantos problemas, a solução encontrada para o lixo é um alívio para Valparaíso. Ao contrário do usual na maior parte do país, acordo com o município de Cidade Ocidental permite que os resíduos sólidos

A falta de coleta ou a destinação inadequada dos resíduos sólidos tem contribuído com a propagação do *Aedes aegypti*

sejam destinados a um aterro sanitário a 11 quilômetros de distância.

O *Município Brasil* entrevistou especialistas em saneamento de diversas instituições, além de parlamentares e consultores do Senado. Pode ser assistido na página da TV no portal do Senado ou no canal da emissora no YouTube.

Governo vê crescimento

Em debate no Senado, o representante do Ministério das Cidades, Ernani Ciriaco de Miranda, reconheceu a lenta maturação do Plansab. A meta de criação de planos municipais de saneamento, por exemplo, não foi cumprida em 2014. De qualquer forma, o ministério aponta uma distância brutal entre o que era aplicado em 2003 e o presente. De R\$ 739 milhões, os valores efetivamente gastos passaram a R\$ 6,4 bilhões em 2010 e a R\$ 11,4 bilhões em 2014. De ponta a ponta, uma diferença de 1.442%.

Drenagem tem deficit ainda não mensurado

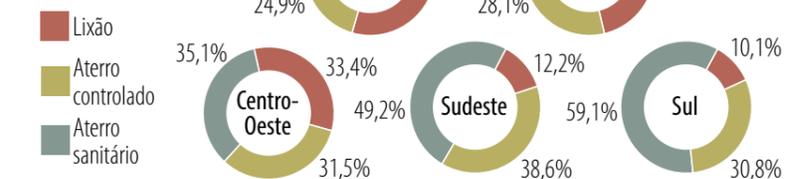
O escoamento apropriado de águas pluviais é o primo pobre do saneamento básico. De começo, há inconsistências no modelo de indicadores e nas informações prestadas aos planejadores do governo federal pelas prefeituras e outros atores envolvidos com o serviço.

Diferenças conceituais entre uma enchente, que ocorre em planícies no meio rural, e um alagamento, comum nas áreas urbanas impermeabilizadas, podem muitas vezes não ser respeitadas pelos informantes. Isso prejudica

País ainda às voltas com uma montanha de lixo

Destinação adequada é baixa, assim como a seletividade da coleta

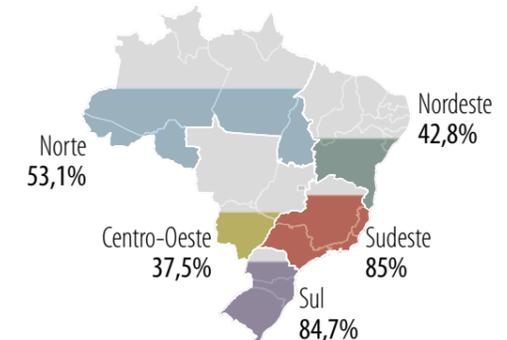
Percentual dos municípios por tipo de destinação



Percentual dos municípios com iniciativas de coleta seletiva por faixa populacional



Percentual dos municípios com iniciativas de coleta seletiva por região



Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, Abrelpe, 2014; Diagnóstico do Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos, 2014

Desperdício e má gestão fragilizam modelo

As necessidades do Brasil em saneamento básico têm uma configuração labiríntica, o que torna difícil eleger a estratégia mais adequada para supri-las. Se, como avalia o consultor do Senado Victor Carvalho Pinto, a principal falha de gestão está na ponta do sistema, ou seja, nos estados e municípios, cabe entender que essa deficiência está ligada a outras tantas em matéria orçamentária, regulatória e de relacionamento entre a União e os demais entes federados.

Uma das lacunas é a da assistência federal para evitar que os recursos remetidos aos estados e municípios se percam por falta de bons projetos e de falhas na

administração de empresas ou departamentos de água e esgotos. Pinto sugere como saída o estímulo à criação de mais agências reguladoras para cobrar a correta aplicação de verbas em saneamento.

Com estrutura enxuta e a cobrança de taxas das companhias e departamentos, além do recolhimento de multas, essas agências ajudariam a economizar dinheiro público e tornar mais rápida e eficiente a instalação de infraestrutura, inclusive de drenagem urbana.

Tarifas

Conforme o consultor, companhias dependentes das administrações estaduais e departamentos cujos caixas se confundem com os das prefeituras vivem problemas crônicos de receita. Cooperam para essa situação ineficiência administrativa pura e simples, inadequação do quadro de pessoal em termos técnicos e quantitativos, cobrança de tarifas módicas para atendimento a necessidades sociais (ou ausência de cobrança) e as perdas de água no caminho até as residências, que andam na faixa de 37%. Há ainda a falta de hidrômetros adequados e mesmo a ausência de hidrômetros.

“A imensa maioria dos departamentos e empresas está falida porque a tarifa é muito baixa e os consumidores estão livres para gastar à vontade”, afirma Pinto. O resultado é pouco investimento em obras para suprir as necessidades. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2014 diz que, no ritmo atual, o Brasil só vai atingir todas as metas do Plansab em 2054.

O consultor do Senado alerta para a baixa capacidade de endividamento dos estados, municípios e suas empresas em razão da Lei de Responsabilidade



ACEGA SANEAMENTO

Técnico usa aparelho de geofonia para detectar vazamento de água em Campo Verde (MT): perda de água no Brasil chega a 37%

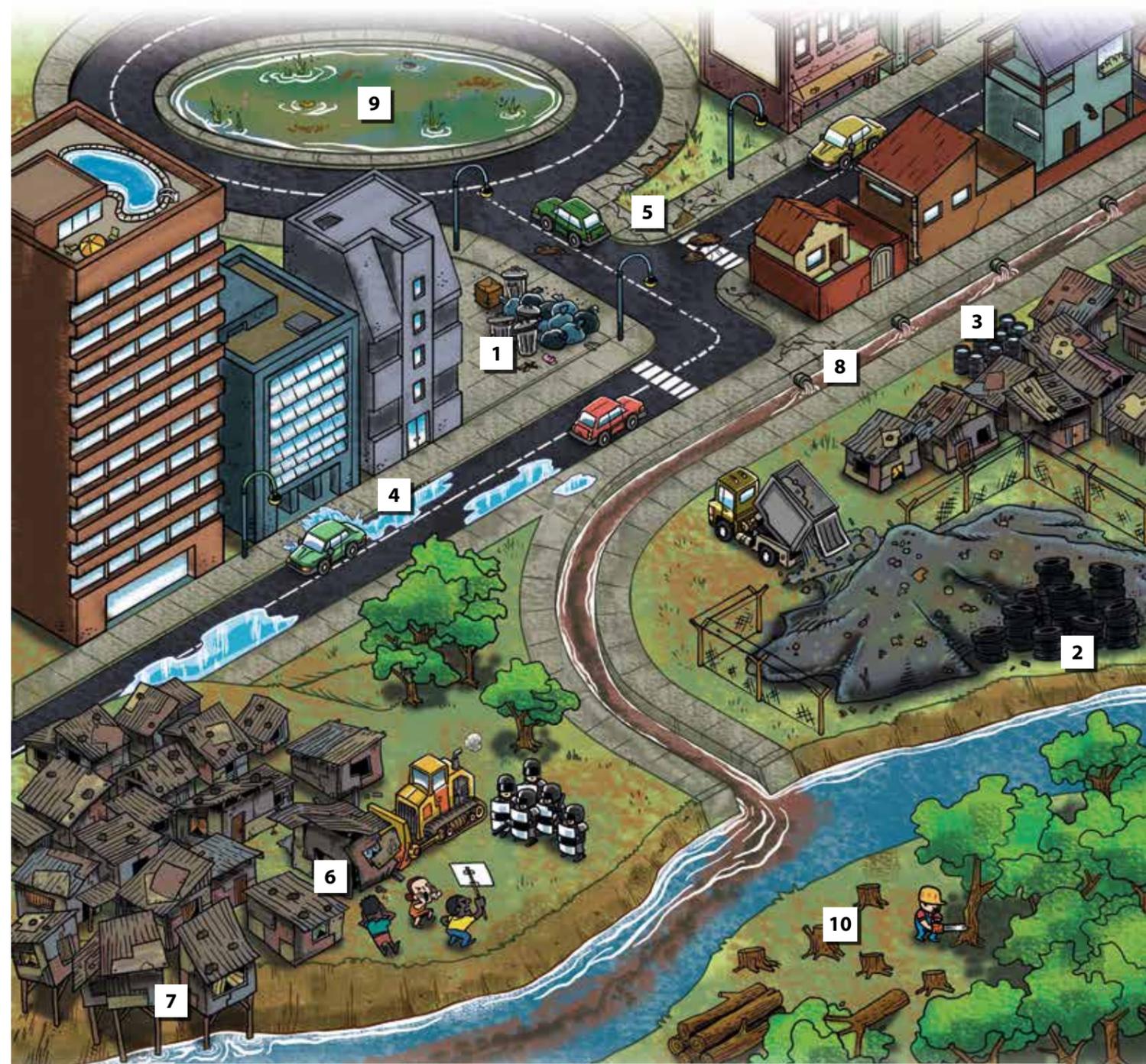
Fiscal (LRF). No momento, o governo federal e os estados estão, inclusive, negociando uma repactuação de dívidas, o que deve aliviar essa pressão. Em qualquer hipótese, Pinto vê como saudável um debate sobre a viabilidade da privatização desses serviços, apesar do “preconceito” de muitos quanto à atuação de particulares nessa área. “Bastaria regular bem para evitar abusos”, argumenta.

Invasões

O planejamento destinado a universalizar o saneamento básico tem entre seus maiores inimigos a ocupação irregular do solo nas áreas urbanas. O consultor do Senado observa que como o problema cresce sem parar, projeções como as constantes do Plansab (R\$ 508 bilhões até 2033) podem se ressentir de algum artificialismo e construir cenários imprecisos

Uma paisagem favorável à proliferação de mosquitos

A falta de planejamento, a condução inadequada de políticas públicas e a resistência da população a um maior cuidado com a disposição do lixo e a limpeza de águas paradas são ingredientes da tríplice epidemia



- | | |
|--|--|
| 1. Deficiências no recolhimento e na destinação dos resíduos sólidos | planejamento urbanístico e conflitos entre o Estado e os ocupantes retardam ou impedem ações de saneamento |
| 2. Depósitos de pneus a céu aberto | 7. Ocupação irregular de margens de rios e várzeas |
| 3. Falta de abastecimento de água | 8. Esgoto a céu aberto |
| 4. Problemas na drenagem urbana, como o excesso de impermeabilização e a falta de escoamento | 9. Lagos urbanos e fontes sem inspeção sanitária |
| 5. Degradação de ruas e calçadas | 10. Elevação da temperatura e aumento de chuvas torrenciais pelo desmatamento |
| 6. Ocupação urbana irregular. Falta de | |

Dever de casa por fazer

Renda nacional não é um fator determinante de eficiência em saneamento

	Percentual de atendimento pela rede de esgoto	PIB per capita*
Venezuela	94,1%	US\$ 12.771
Chile	93,6%	US\$ 14.528
México	88,4%	US\$ 10.325
Colômbia	87,2%	US\$ 7.903
Equador	75,8%	US\$ 6.345
Peru	74,9%	US\$ 6.541
Argentina**	69%	US\$ 12.509
Uruguai	65,9%	US\$ 16.806
Bolívia	63,1%	US\$ 3.124
Brasil**	62,6% (49,8%)	US\$ 11.384
Costa Rica	50,7%	US\$ 10.415
Honduras	45,3%	US\$ 2.434
El Salvador	45%	US\$ 4.119
Guatemala	43,9%	US\$ 3.673
Rep. Dominicana	40,1%	US\$ 6.163
Nicarágua	23,3%	US\$ 1.963
Paraguai	22,7%	US\$ 4.712

Fonte: Cepal 2015, SNIS 2014 e Banco Mundial. Elaboração Instituto Trata Brasil. * PIB per capita de 2012. ** No caso da Argentina, o estudo trazia apenas valores de atendimento urbano de esgoto. No caso do Brasil, registram-se, entre parênteses, os dados do SNIS 2014, que são inferiores aos dados da Cepal para o país (62,6%)

Fonte: elaboração própria

Mobilização contra *Aedes*: cidadão atua e fiscaliza poder público

Promover campanhas de combate ao *Aedes aegypti* é uma ação na qual se deposita grande fé quando o assunto é a tríplice epidemia causada pelo mosquito. Durante audiência conjunta em 18 de fevereiro das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Senado do Futuro (CSF), Rose Monnerat, pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, relatou o trabalho desenvolvido em 2006, em São Sebastião, no Distrito Federal, onde o problema ainda era somente o alto índice de casos de dengue.

“Capacitamos todos os envolvidos: líderes comunitários, agentes de saúde e do serviço de limpeza urbana e voluntários. Dividimos a cidade em 18 zonas e distribuímos o biolarvicida também em condomínios, onde fizemos uma gincana com as crianças para envolvê-los no trabalho e depois houve uma grande participação das escolas da cidade. É muito importante quando a população trabalha junto com a gente”, disse a pesquisadora.

Com instituições públicas e privadas de saúde, educação e limpeza, foi organizado um mutirão: os horários da coleta de lixo foram divulgados à população e biolarvicidas foram distribuídos na zona



Mutirão em órgão público no Rio de Janeiro leva servidores ao combate a criadouros do mosquito, buscando e eliminando possíveis focos

urbana e rural da cidade. Rose mencionou ainda ações complementares, nas quais foram feitas palestras e se utilizaram cartazes, faixas e carros de som. Segundo ela, o alto índice de infestação de larvas de mosquito na cidade — considerado risco de epidemia — caiu de 4,06 para 0,4. Depois de seis meses de campanha, foram registrados 70 casos de dengue numa população de 90 mil habitantes, o que não é mais considerado padrão epidêmico.

Em meio a tantos registros recentes de dengue, chicungunha e zika — esses últimos com consequências graves para os fetos de mulheres que contraírem o vírus grávidas —, o governo lançou a campanha ZikaZero, mobilizando as Forças Armadas, agentes de saúde e a administração pública federal para eliminar focos do mosquito em residências e prédios públicos. Até que ponto a população responde ao chamado do poder público é algo difícil de ser medido, mas o esforço para conscientizar é o que pode diminuir sensivelmente os casos das doenças transmitidas pelo *Aedes*.

O governo do Rio de Janeiro, por exemplo, sugere em sua página na internet que o cidadão entre na mobilização para sensi-

bilizar os vizinhos distribuindo folhetos com informações sobre o combate ao mosquito e a gravidade das doenças que ele transmite.

Outra sugestão é fazer reuniões de moradores para salientar a importância da participação coletiva e sugerir ao síndico que converse com os funcionários do condomínio para combater possíveis criadouros. Debates em associações de moradores e paróquias ou outros espaços comunitários são bem-vindos do mesmo modo.

Denúncias

Mas a população também pode agir na fiscalização da aplicação dos recursos públicos de saneamento, como coleta de lixo e abastecimento de água. No relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) que avalia o saneamento básico como política pública, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) chama a atenção para a urgência em se equilibrar o volume de recursos aplicados com as lacunas nesse setor.

“Isso é um problema que não é endêmico, mas que está se confirmando crônico na estrutura das políticas públicas”, alertou Randolfe.



Participação social: folhetos de prevenção sobre riscos das doenças podem ser distribuídos em prédios e ruas por iniciativa dos próprios moradores

Para o senador, “não vai ser somente com panfleto que se vai combater o mosquito, mesmo que se mobilize todo o Exército Brasileiro e as Forças Armadas”.

Uma alternativa é procurar organizações que lutam pela transparência na aplicação de verbas públicas e aquelas que promovem petições por meio de redes sociais e e-mail.

Na Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (TCU), o cidadão pode apresentar denúncias contra atos de gestão ilegais ou irregulares. Segundo o TCU, a Constituição federal garante a qualquer pessoa o direito de denunciar desrespeitos à lei, o que estimula a participação no controle dos gestores públicos.

A Controladoria-Geral da União (CGU) é outro local onde o cidadão pode se manifestar para propor ideia que aprimore políticas e serviços públicos, requerer providência da administração pública federal e denunciar atos ilícitos e malversação de recursos, entre outras opções. Também pelo Ministério Público é possível apresentar denúncias de irregularidades.

portal.tcu.gov.br/ouvidoria

sistema.ouvidorias.gov.br

cidadao.mpf.mp.br



Em Sarapuá (SP), dona de casa cuida de possíveis focos do *Aedes aegypti*. Atitude tornou-se comum na população após trabalho de conscientização feito desde o ano passado pela vigilância sanitária nas residências e escolas dos municípios. O resultado foi um verão sem casos de doenças transmitidas pelo mosquito.

Mudanças climáticas também afetam padrões epidemiológicos

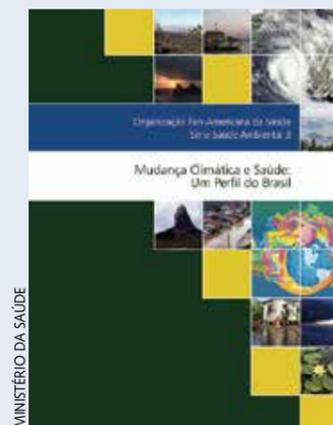
Ações humanas como o desmatamento para ocupação imobiliária geram mudanças climáticas que estão associadas ao aumento dos casos de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* e de outros males. Essa é a relação que vem sendo traçada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988 por uma iniciativa da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Na publicação *Mudança Climática e Saúde: um perfil do Brasil*, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e do Ministério da

Saúde, são evidenciadas algumas consequências das mudanças climáticas na saúde humana.

“Um impacto indireto é a alteração de ecossistemas e de ciclos biológicos, geográficos e químicos, que podem aumentar a incidência de doenças infecciosas. Alguns estudos demonstram que microorganismos podem se expandir muito além de suas fronteiras geográficas naturais devido à elevação das temperaturas, que pode afetar também a distribuição de alguns vetores de doenças infecciosas e endêmicas, como malária, dengue e febre amarela”, relata o documento.

Pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) apresentaram estudo que avaliou a conexão entre variações climáticas e o risco de dengue na cidade do Rio de Janeiro. Os resultados indicaram que, entre os 2001 e 2009, o aumento de 1 °C na temperatura mínima em um mês ocasionou o aumento de 45% nos casos de dengue no mês seguinte. Também pode ter correspondido à elevação de 10 milímetros na precipitação de chuvas aumento de 6% dos casos da doença.



Rose Monnerat, da Embrapa, capacitou moradores de São Sebastião (DF) para o combate a epidemias



Especialistas participam de audiência na comissão mista da MP 712/2016, presidida pelo senador Paulo Bauer (ao centro)

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Ingresso à força em imóveis é apenas parte da solução

Mais de cem emendas de deputados e senadores foram apresentadas à Medida Provisória 712/2016, que prevê o ingresso forçado de agentes de saúde em imóveis abandonados ou cujos proprietários não são localizados. A comissão mista que analisa a MP, presidida por Paulo Bauer (PSDB-SC), já se reuniu para ouvir representantes dos Ministérios da Saúde, do Planejamento e da Justiça. Outras audiências públicas com especialistas estão previstas antes da apresentação do relatório.

Evidentemente a MP tem força de lei, mas, mesmo antes da sua aprovação, alguns municípios,

como o de São Paulo, têm leis que disciplinam o tema.

Para mudar a MP — que também prevê a realização de campanhas educativas e de orientação à população como exemplo de ações para conter as doenças causadas pelos vírus da dengue, chikungunya e zika —, muitos parlamentares sugeriram a aplicação de multa em caso de resistência dos proprietários que dificultarem o acesso dos agentes a residências ou descumprirem determinações das autoridades sanitárias.

“O poder público não pode permanecer inerte ao identificar que alguns cidadãos descumprem reiterada e recorrentemente as orientações das autoridades sanitárias e de saúde e põem em risco a saúde de toda a população”, justificou o senador Dário Berger (PMDB-SC) em sua emenda.

Em audiência na comissão mista da MP, Giovanini Evelim Coelho, da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde, disse que a medida é um elemento adicional de apoio às equipes de saúde para garantir o maior percentual de visitas possível. Segundo Coelho, ela não é tomada de forma isolada e faz parte de um conjunto de outras ações a cargo dos governos federal, esta-

Tratamento químico de depósitos de água é uma das alternativas para eliminação de focos do *Aedes aegypti*



TÁVIA RÉGO/ABR



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Dário Berger foi um dos parlamentares a propor multa para proprietários que descumprirem orientações das autoridades sanitárias

duais e municipais para enfrentar os graves problemas trazidos pelas epidemias.

Coelho destacou que o controle do *Aedes aegypti* é baseado, em grande parte, na mobilização da comunidade para remover criadouros e manter o ambiente doméstico livre da presença do mosquito, com o importante trabalho dos agentes de saúde e militares nas visitas aos domicílios, levando informações e realizando o tratamento químico de depósitos de água.

“Esse trabalho regular e rotineiro faz parte do escopo das medidas preconizadas pelo governo federal em parceria com os estados e municípios”, observou.

Perdas econômicas e custos orçamentários

O impacto econômico da dengue nos serviços de saúde, nos ambientes de trabalho e nas salas de aula foi medido em estudo feito por especialistas de instituições brasileiras e também do México, Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Os pesquisadores tomaram por base 2.035 pessoas infectadas em Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Teresina, Recife e Belém, no período de setembro de 2012 a agosto de 2013, quando mais de 2 milhões de casos suspeitos de dengue e 569 mortes foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

No campo orçamentário, o gasto anual nos serviços de saúde foi estimado em torno de R\$ 1 bilhão por ano. As despesas indiretas da população com a doença — que incluem os dias perdidos de trabalho ou na escola, deslocamento e alimentação para unidade de saúde e outros encargos — alcançaram R\$ 1,7 bilhão.

Em audiência da comissão mista da MP 712/2016, o deputado Osmar Terra (PMDB-RS) chamou a atenção para os cortes nas verbas para a saúde e sua influência no tratamento da síndrome de Guillain-Barré e das crianças com microcefalia.

Custo de doentes para o sistema de saúde é de R\$ 1 bilhão. Pacientes também perdem dias de trabalho e de escola, o que onera a economia



MARCELLO CASAL JR/ABR

Espera por atendimento e exame para dengue pode chegar a seis horas no Hospital Albert Schweitzer, em Realengo, no Rio de Janeiro

Custo de UTIs

“Se há um órgão que não pode ter o orçamento cortado nessa crise toda é o Ministério da Saúde. Hoje são 2 mil casos de síndrome de Guillain-Barré por ano, em média, e nós vamos chegar a 6 mil. Portanto, vai aumentar a demanda de leitos de UTI enormemente. Crianças com retardo mental severo que estão nascendo com microcefalia não vão caminhar nem falar. Isso tudo tem custo”, alertou o deputado.

Conforme a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), a falta de recursos financeiros atinge as três esferas de governo. Resulta que as gestantes não podem, por exemplo, utilizar o ultrassom para confirmar ou não o diagnóstico de microcefalia.

São muitos os desafios: garantir o atendimento nos centros de referência a mães que precisam viajar com seus filhos para consultas, medir com precisão o perímetro encefálico dos bebês e am-

parar crianças abandonadas por causa da microcefalia.

“Uma diferença mínima na hora de medir pode levar o bebê a só ser estimulado quando ele estiver com 4 ou 5 anos. Ou seja, naquela microcefalia com consequências moderadas, o bebê pode não ser estimulado precocemente”, observou a deputada, que é enfermeira.



FABIO RODRIGUES POZZEROM/ABR

Os muitos males provocados pela falta de saneamento

O saneamento precário cria o ambiente propício a muitas outras doenças além das transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Elas são causadas pela ingestão de água contaminada ou pelo contato da pele ou mucosas com a própria água, lixo ou solo infectados.

Foi o que ocorreu a atletas de

remo, vela e natação de vários países no ano passado, quando treinavam para os Jogos Olímpicos deste ano no Rio de Janeiro. Seguidos episódios de diarreia e vômito colocaram as deficiências do saneamento básico do Brasil na imprensa internacional. Chegou-se inclusive a levantar a hipótese

de cancelamento de provas.

Boa parte dessas doenças tem ciclo de transmissão feco-oral, aquele em que agentes causadores presentes nas fezes humanas ou de animais entram pela boca de uma pessoa, que se contamina. Isso pode ocorrer pelo uso de água não tratada, tanto para beber quanto para lavar alimentos. Também se dá por falta de cuidados de higiene de quem se sujou com fezes e pela falta de destinação adequada dos dejetos e do lixo, que ficam expostos a moscas domésticas e outros insetos e acabam por comprometer a higiene.

As diarreias estão em primeiro lugar entre as doenças causadas por fatores ambientais, como pobreza, desnutrição, má qualidade dos alimentos consumidos, falta de condições de higiene pessoal e ausência de saneamento básico.

Apesar da multiplicidade de fatores, não é difícil estabelecer uma relação entre a precariedade do saneamento e as moléstias que acometem a população.

Estudo feito pela pesquisadora Denise Kronemberger, a pedido do Instituto Trata Brasil, avaliou a relação entre saúde e saneamento e seus impactos nos 100 maiores municípios do Brasil entre 2008 e 2011.

Internações

Uma das conclusões da pesquisa foi que, em 2010, os baixos índices de coleta de esgotos foram acompanhados por altas taxas de internação por diarreias em 60 de um total de 100 cidades pesquisadas. Entre as 20 cidades com menor taxa de internação, em média, 78% de população é atendida por coleta de esgotos. Por outro lado, nas dez cidades com maiores taxas de internação, tem-se cerca de 29% de população atendida por

Palafitas em Bangladesh: mortes por diarreia atingem 1,5 milhão de crianças com menos de 5 anos em todo o mundo



WATERDOT.ORG

coleta de esgotos.

Os resultados do estudo reforçam a constatação de que as crianças são as mais vulneráveis. Nas 100 cidades analisadas, foram registradas 28.594 internações de crianças de até 5 anos, ou seja, 53% do total das internações no Brasil (54.339). O total de internações custa cerca de R\$ 140 milhões por ano ao Sistema Único de Saúde (SUS).

À época da apresentação dos resultados da pesquisa, o presidente executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, afirmou: "Infelizmente, o atendimento em saneamento básico ainda divide o Brasil. Cidades bem atendidas em água e esgoto economizam recursos com saúde e seus cidadãos são mais saudáveis, sobretudo as crianças. Enquanto isso, outras cidades gastam muito em internações e condenam seus cidadãos a conviverem com mais doenças da água poluída".

Esse casamento perverso afeta principalmente as populações de baixa renda em todo o mundo, mais suscetíveis a adoecer devido à associação com outros fatores, entre os quais a desnutrição. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 88% das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado. Dessas mortes, aproximadamente 84%

são de crianças, sendo a segunda maior causa de mortes em menores de 5 anos. Estima-se que 1,5 milhão de crianças nessa faixa etária morram a cada ano vítimas de doenças diarreicas.

Especialistas das Nações Unidas também apontam a importância de se investir em saneamento básico. Segundo eles, a cada U\$ 1 gasto com tratamento de esgoto, são economizados U\$ 4 em atendimento de saúde. A oferta de esgoto encaçado melhora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de uma localidade e foi incluída entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, série de metas socioeconômicas que os países se comprometeram a atingir até 2015.

Campanha

Além das diarreias, inúmeras doenças são causadas pela precariedade nesse serviço. Entre elas, a febre tifoide, a febre paratifoide, as shigeloses, a cólera, a hepatite A, a amebíase, a giardíase, a leptospirose, a poliomielite, a ancilostomíase (amarelão), a ascariíase (lombriga), a teníase, a cisticercose, a filariose (elefantíase) e a esquistossomose.

O tema do saneamento básico como ação de saúde esteve presente no Senado nas discussões sobre as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* e a par-

tir da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo objetivo é chamar a atenção para a necessidade de melhorar as condições de saneamento do país. A campanha teve como tema este ano "Casa comum, nossa responsabilidade" e foi tema de sessão solene do Senado em fevereiro.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos parlamentares que solicitaram a sessão solene, afirmou que seria melhor que a CNBB não precisasse trazer o saneamento como tema de uma Campanha da Fraternidade pelo fato de que isso já fosse coisa de história.

"É surpreendente que isso seja novidade, porque, ao longo de toda a história do Brasil, nós relegamos o saneamento, a água limpa, a coleta de lixo nas casas dos pobres do Brasil. Isso é fato", protestou Cristovam.

O presidente da CNBB, dom Sérgio da Rocha, lembrou as palavras do papa Francisco. O pontífice escreveu em mensagem por ocasião da abertura oficial da Campanha da Fraternidade de 2016 que "o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário é condição necessária para a superação da injustiça social e para a erradicação da pobreza e da fome, para a superação dos altos índices de morta-

Cristovam (D) na sessão solene em homenagem à Campanha da Fraternidade: "calamidade das epidemias não surpreende"



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

lidade infantil e de doenças evitáveis, e para a sustentabilidade ambiental”.

Em dom Sérgio acrescentou que “a falta de saneamento básico destrói a casa comum, a família comum que habita essa casa, especialmente os mais pobres. A falta de saneamento básico mata”.

O senador Valdir Raupp (PMDB) defendeu a ampliação dos investimentos e citou o exemplo de seu estado, Rondônia, onde apenas 3,63% dos habitantes têm

atendimento total de saneamento, o que faz o estado ser o pior do Brasil neste quesito.

“Doenças que são facilmente controláveis em regiões saneadas chegam a matar em lugares onde o tratamento de esgoto é negligenciado”, constatou.

A desigualdade regional na oferta desses serviços foi igualmente objeto das considerações da senadora Ângela Portela (PT-RR). Citando dados do IBGE, a parlamentar lembrou que o Brasil teve

grande avanço nos últimos anos, mas há muitos problemas a serem superados.

“Cerca de 98% da população brasileira possui acesso à água potável, mas algo em torno de 17% dos municípios brasileiros ainda não dispõem de fornecimento de água encanada. Na comparação campo/cidade, é possível constatar que 99% da população urbana tem acesso a água potável, enquanto na área rural o índice é de 84%”, observou.

Expansão desordenada das cidades ajudou o mosquito

O mosquito *Aedes aegypti*, como o próprio nome diz, é originário do Egito e foi descrito cientificamente pela primeira vez em 1762. Os entomólogos, cientistas que estudam os insetos e suas relações com o homem e o meio ambiente, acreditam que ele se difundiu pelas regiões mais quentes do planeta a partir do século 16, com as Grandes Navegações.

Os primeiros registros de epidemias de dengue no continente americano são do início do século 19 e, no Brasil, os primeiros relatos datam do fim do mesmo século. O mosquito era um problema no Brasil no início do século 20 porque transmitia a febre amarela nas cidades. Como resultado das medidas de controle da febre amarela, o *Aedes aegypti* foi erradicado do país em 1955. Mas o relaxamento das medidas no final da década de 1960 permitiu que o mosquito voltasse. Hoje, ele é encontrado em mais de 4 mil municípios e em todos os estados brasileiros.

“A principal característica do mosquito é ser endofílico, ou seja, busca o interior das casas para se abrigar e se alimenta do sangue das pessoas. As ações de controle são mais complexas justamente pelo fato de o mosquito estar dentro das casas” explica Giovanini Coelho, coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue, do Ministério da Saúde.

Coelho assinala que expansão

do *Aedes aegypti* no Brasil e em outros países está relacionada, em boa medida, à desordem urbanística e à ausência de infraestrutura, principalmente a oferta regular de água e o destino adequado ao lixo. Ao lado disso, o consumo de materiais não biodegradáveis, como embalagens plásticas e de vidro, mudou as características do lixo e aumentou a oferta de potenciais criadouros. Uma simples tampinha pode acumular água e abrigar os ovos do mosquito.

Pesticidas

A maioria dos criadouros pode ser neutralizada por meio de procedimentos mecânicos ou físicos, como vedar reservatórios de água ou encher com areia os suportes (pratos) de vasos para plantas.

A ação dos agentes de saúde prioriza o uso de pesticidas que matam as larvas do mosquito. Ocorre que a repetição desse método levou ao problema da resistência aos venenos. Um programa de monitoramento do Ministério da Saúde promoveu a substituição do produto mais comumente usado.

O desafio maior, no entanto, é o desenvolvimento e uso de novas tecnologias de combate. Especialistas que participaram de audiência pública promovida em fevereiro pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Senado do Futuro (CSF) disseram aos senadores que bioinseticidas,

mosquitos geneticamente modificados e bactérias capazes de infectar insetos são algumas das armas disponíveis no mercado na guerra ao *Aedes aegypti*.

Para contar com essa “artilharia” em seu arsenal, é preciso que o Brasil invista em pesquisa e estimule parcerias entre instituições de pesquisa e empresas. Na opinião de Coelho, o grande limite ao uso das novas tecnologias já disponíveis, inclusive uma vacina contra a dengue, é o custo, pois todos esses instrumentos precisam ser usados em larga escala para alcançar os resultados desejados.

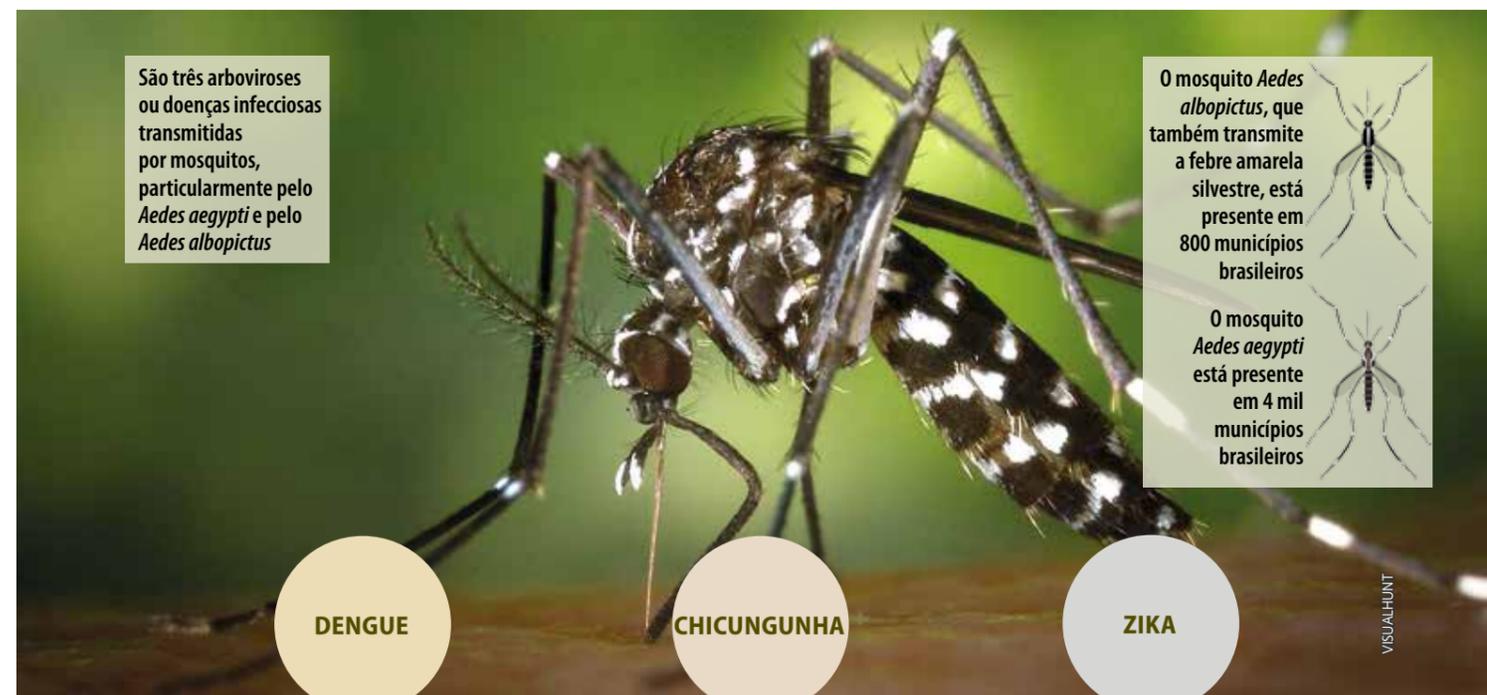


JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Para Coelho, as pessoas se acostumaram à dengue, mas a zika voltou a despertar a atenção para o combate ao mosquito

Tríplice epidemia

No passado, a maior preocupação com o mosquito no Brasil era a transmissão da febre amarela nas cidades. Eliminado na década de 1950, ele voltou e se espalhou por todo o país, provocando grandes epidemias de dengue e agora de zika e chicungunha



São três arboviroses ou doenças infecciosas transmitidas por mosquitos, particularmente pelo *Aedes aegypti* e pelo *Aedes albopictus*

O mosquito *Aedes albopictus*, que também transmite a febre amarela silvestre, está presente em 800 municípios brasileiros

O mosquito *Aedes aegypti* está presente em 4 mil municípios brasileiros

DENGUE

CHICUNGUNHA

ZIKA

	DENGUE	CHICUNGUNHA	ZIKA
ORIGEM	Vírus originário do Egito, na África. No início do século 19 ocorreu a primeira epidemia no continente americano (no Peru) e surtos no Caribe, nos Estados Unidos, na Colômbia e na Venezuela. Há quatro subtipos do vírus em circulação.	Vírus originário da África, isolado pela primeira vez em 1952, na Tanzânia. Os primeiros surtos foram documentados no Sudeste Asiático e na Índia em 1953.	Vírus isolado pela primeira vez em 1947, na floresta Zika, em Uganda, África e hoje presente também na Ásia, na Oceania e na América do Sul.
NO BRASIL	Ocorre desde o fim do século 19. Os primeiros casos foram no Rio de Janeiro e em Curitiba.	Os primeiros casos foram importados em 2010 e os primeiros casos de transmissão dentro do país foram registrados em 2014.	Os primeiros registros da doença no país são do início de 2015.
SINTOMAS	<ul style="list-style-type: none"> Febre alta (39 °C a 40 °C), que começa subitamente. Dores nos músculos, nas articulações, na cabeça, atrás dos olhos. Manchas vermelhas, às vezes com coceira. Pode haver comprometimento do sistema nervoso central e de órgãos como pulmões, coração, fígado e rins. 	<ul style="list-style-type: none"> Febre alta (39 °C a 40 °C), que começa subitamente. Inchaço nas articulações e dores intensas, que dificultam atividades rotineiras. Manchas vermelhas, com coceira intensa. Persistência da dor por meses ou até anos, em alguns casos, com queda da produtividade na população economicamente ativa (entre 20 e 60 anos de idade). 	<ul style="list-style-type: none"> Febre leve ou até mesmo ausente. Dores não muito intensas nas articulações, em geral nas extremidades, às vezes acompanhadas de inchaço. Manchas vermelhas, com coceira intensa. Olhos vermelhos e aversão à luz. Comprometimento neurológico que provoca debilidade muscular. Possibilidade de reação autoimune (síndrome de Guillain-Barré), que pode levar à paralisia cerebral. Também pode estar relacionada a anomalias congênitas como a microcefalia.
Nº DE CASOS	<p>396.582 casos em todo país até fevereiro de 2016 (aumento de 52,6% em relação ao mesmo período do ano anterior).</p> <p>51 mortes em todo o país até fevereiro de 2016 (redução de 74% em relação ao mesmo período do ano anterior).</p>	<p>3.748 casos suspeitos em 18 unidades da Federação e 284 casos confirmados até fevereiro de 2016.</p>	<p>Ainda não há a totalização do número de casos no país. Até fevereiro de 2016, 22 unidades da Federação confirmaram casos de transmissão autóctone (não importada) do vírus.</p> <p>6.776 casos de microcefalia suspeitos de associação a infecções congênitas foram investigados desde outubro de 2015 no país. Destes, 944 foram confirmados e 130 tiveram resultado positivo para o Zika vírus.</p>

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde

A idade mínima e a reforma da Previdência



Com deficit de R\$ 130 bilhões (*) estimado para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 2016, ante R\$ 89,2 bilhões de 2015, o Brasil é um país com mais indagações que certezas no campo previdenciário. É justamente o formato de perguntas e respostas que o consultor do Senado Pedro Fernando Nery escolheu como forma de provocar, didaticamente, uma série de questionamentos sobre o requisito da idade mínima para aposentadoria no setor privado — mesmo como uma exigência a aposentadoria por tempo de contribuição.

Atualmente, uma das pré-condições para o homem deixar a ativa no setor privado é ter cumprido 35 anos como contribuinte. A mulher tem de cumprir 30 anos. Já no setor público, o tempo de contribuição é de, no mínimo 20 anos (**), mas há limites por idade estabelecidos: 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).

Na média, calcula Nery, os trabalhadores brasileiros conseguem atualmente se aposentar por tempo de contribuição entre 52 (mulheres) e 55 anos (homens), embora a expectativa de vida no Brasil já passe de 79 (homens) e 82 anos (mulheres).

“Nas próximas décadas, não poderá ser mais considerado natural uma aposentadoria precoce, enquanto o trabalhador ainda tem boas condições de trabalhar ou de fato trabalha, assim como hoje não é considerado natural que quem não está desempregado receba o seguro-desemprego”, adverte o consultor no Texto para Discussão *Idade Mí-*

nima — Perguntas e Respostas, que integra a coletânea de trabalhos do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado. Análises sobre temas de interesse da agenda nacional destinados aos membros da Casa são também disponibilizadas ao público.

Pelo Regime Geral da Previdência (RGPS), a aposentadoria por idade pode ser alcançada no meio urbano por homens que chegam aos 65 anos e, por mulheres, aos 60. Para os trabalhadores rurais, as idades são 60 para homens e 55 para mulheres.

Independentemente do gênero e da localização geográfica, o benefício por idade só pode ser concedido se a pessoa tiver, pelo menos, 15 anos de contribuição à Previdência. Além dessas possibilidades, o brasileiro também pode se aposentar por invalidez ou receber um benefício a partir

de 65 anos quando não tiver meios de prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família. É o benefício mensal de um salário-mínimo nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o BPC-Idoso, que não é custeado pela Previdência Social.

Nery observa que as despesas da Previdência vêm crescendo ininterruptamente à medida que aumenta a expectativa de vida dos brasileiros e reduzem-se as taxas de natalidade.

Há, assim, claro potencial para desequilíbrio do sistema. O estabelecimento da idade mínima para todos poderia ajudar a resolver essa equação de modo que, no futuro, os trabalhadores permaneceriam mais tempo trabalhando e os aposentados menos tempo recebendo benefícios.

De acordo com o consultor, “nos próximos anos, essa tendência [de desequilíbrio do sistema] continuará pressionando pela alta da carga tributária, pela alta da taxa de juros, pela redução do investimento público necessário para o crescimento da economia e pela redução das despesas com políticas públicas necessárias para reduzir a desigualdade social. No limite, a Previdência teria dificuldade em arcar com seus compromissos perante os beneficiários e ter de fazer reformas bruscas.”

Ao comparar a situação brasileira com a de outros países, Nery mostra que a existência de uma idade mínima como pré-requisito para aposentadoria por tempo de contribuição é quase universal. De acordo com o estudo, apenas 12 outros países não impõem essa condição.

Dezenas de países promoveram ou estão promovendo reformas em suas previdências nas últimas décadas, principalmente devido à transição demográfica e dificuldades financeiras. E essas mudanças foram promovidas por governos de esquerda, de centro e de direita.

Do ponto de vista da distribuição de renda, por exemplo, a idade mínima poderia atenuar a concentração causada pela Previdência urbana, cujos benefícios são bem maiores que os da aposentadoria por invalidez, pensão por morte, aposentadoria por idade, benefícios para idosos e Bolsa Família.

O país já tem mais de 5,4 milhões de aposentados por tempo de contribuição (com benefício médio de R\$ 2.494) e mais de 9,7 milhões de aposentados por idade (benefício médio de R\$ 1.222). A aposentadoria por idade reúne 53% do total de beneficiários e 39% das despesas da RGPS. Já a aposentadoria por tempo de contribuição reúne 29% dos beneficiários e 45% das despesas.

O consultor empenha-se em demonstrar que uma nova reforma da Previdência é, além de necessária, inevitável. O modelo brasileiro é o segundo mais insustentável do planeta, perdendo apenas para o da Tailândia.

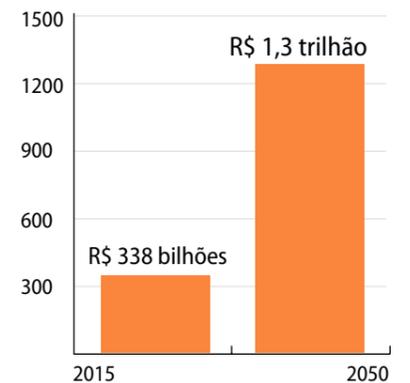
Em 2014, o deficit da Previdência Social havia somado R\$ 56,69 bilhões, o equivalente a 1% do PIB. De 2014 para 2015, o rombo do INSS já havia avançado 51%, uma piora de R\$ 29,12 bilhões. A Previdência Social respondeu pela maior parte do deficit público do ano passado.

Mesmo diante da necessidade urgente de mudanças, um passo dessa extensão para os trabalhadores da iniciativa privada exigiria regras de carência e de transição. A de carência serviria para preservar direitos de pessoas que poderão se aposentar nos próximos anos, garantindo para essas as regras antigas. A de transição diminuiria os impactos da reforma para os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho, mas ainda distantes da aposentadoria.

Nery diz que uma das possibilidades é que o governo proponha idade mínima de 65 anos para homens e 60 para mulheres que queiram se aposentar por tempo

Deficit crescente

Despesas com aposentadorias, pensões e BPC-Idoso — 2015 a 2050 (Em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria, a partir das projeções de Tafner (2015)

de contribuição a partir de 2027, mesma idade encontrada em países como Chile e Argentina. Com o tempo, esses limites convergiriam.

Na opinião do consultor, a sociedade precisa superar ideias preconcebidas, segundo as quais a reforma da Previdência é encarada como “desmonte”, “corte de direitos duramente conquistados”, ou “punição das pessoas por viverem mais”. O mais sensato seria partir com celeridade em busca de um modelo de Previdência sólida, “capaz de satisfazer expectativas de direito”.

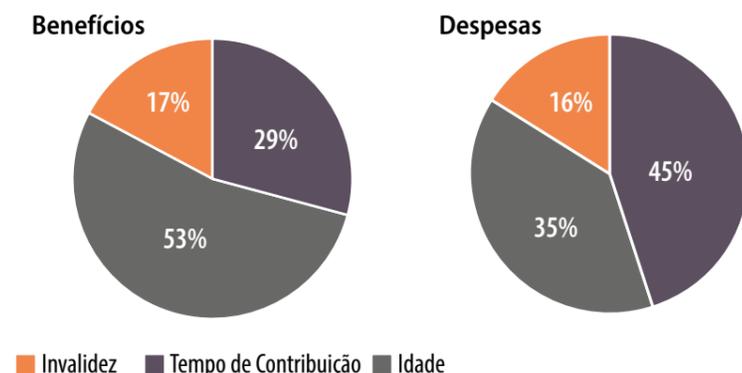
Ele considera igualmente que a reforma “fortaleceria o Estado, atenuaria as chances da sua insolvência e permitiria que ele tivesse recursos para buscar cumprir os objetivos fundamentais da República, pactuados na Constituição, de garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

Acesse o estudo de Pedro Fernando Nery em <https://goo.gl/f9S2Gw>. Outros Estudos Legislativos da Consultoria do Senado estão em <https://goo.gl/K38gru>.

(*) e (**) Números não constantes do Texto para Discussão

Idade, invalidez e tempo de contribuição

A idade mínima para a aposentadoria equilibraria o caixa da Previdência e permitiria melhor distribuição da renda entre os aposentados



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Boletim Estatístico da Previdência Social de novembro de 2015.



Pedro Fernando Nery é mestre e Doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Como consultor legislativo, atua no Núcleo de Economia, mais particularmente na área de Economia do Trabalho, Renda e Previdência

Saída é MELHORAR redes de PROTEÇÃO

Políticas públicas se ampliam e mudam de contorno em busca de maior efetividade e adaptação ao aperto orçamentário, enquanto persiste o quadro de agressões sustentado pelo machismo, novas fronteiras econômicas e a banalização dos valores

Em pleno mês de março, quando se intensificam as lutas pelos direitos da mulher, duas estudantes, ambas com 20 anos de idade, foram mortas na capital do país. Uma delas, Louise Ribeiro, por seu colega e ex-namorado Vinícius Neres, dentro do laboratório de biologia da Universidade de Brasília (UnB). Ele confessou o crime. A outra, Jane Carla Fernandes Cunha, que cursava gestão pública em uma faculdade particular, foi assassinada a tiros em casa pelo ex-companheiro Jhonatan Pereira Alves, que se matou em seguida. Ele já

tinha queixa registrada por Jane na polícia, o que, ao lado do vínculo afetivo, é uma característica muito comum nos casos de brutalidade contra a mulher no Brasil, de acordo com os números do *Mapa da Violência* divulgado em novembro de 2015. O país está em 5º lugar entre os mais violentos do mundo, com 105 mil assassinatos de mulheres entre 1980 e 2013. A taxa de homicídios é de 4,8 por 100 mil mulheres, quando no Reino Unido não passa de 0,1 por 100 mil.

Peça de referência do relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado sobre a política adotada pelo governo federal

para enfrentar a violência contra a mulher, o *Mapa* detalha uma realidade assustadora: a maioria das vítimas experimenta o momento fatídico da morte nos próprios domicílios (27,1% dos casos). Outras constatações: cresce a agressividade contra mulheres negras e os crimes letais diminuem “timidamente” nas capitais, ao passo que aumentam no interior, especialmente em municípios de porte médio. Barcelos, cidade histórica e turística do Amazonas, passou de 2 homicídios por 100 mil mulheres, em 2009, para 11 por 100 mil, em 2013. Sabe-se que entre os aspectos de localidades violentas estão a desestruturação socio-cultural e familiar causada pelo crescimento rápido e desordenado e os obstáculos ao suprimento de serviços como o de educação,

segurança pública, iluminação de ruas e de equipamentos adequados de lazer, cultura e esportes.

Arquitetura

O relatório da CDH, voltado para analisar o desenho da política, não entra nesse tipo de apreciação e nem é taxativo sobre os acertos e falhas dos programas e ações, embora avalie positivamente o sistema de denúncias Ligue 180, alguns programas de reeducação de agressores e o banco de dados Ipenha, desenvolvido de forma localizada no Piauí.

Não obstante, faz recomendações ao governo federal, entre as quais a de que a política de enfrentamento considere a distribuição dos homicídios pelas diversas etnias ou cores da população feminina. Orientação de caráter mais estruturante diz respeito à própria arquitetura da política: nota-se a falta de “avaliação teórica da cadeia de causalidade entre o diagnóstico da magnitude e dimensões do problema, o desenho da intervenção governamental e os resultados que se desejam alcançar com a intervenção”.

O modo como se faz a divisão de responsabilidades entre os entes federados interfere na transparência sobre a aplicação de recursos (veja gráfico na próxima página) e nos efeitos da política. Conforme esclarece



DIVULGAÇÃO/FACEBOOK

Estudante foi asfixiada no laboratório de biologia da universidade. Assassino declarou não saber motivo que o levou a cometer o crime

a consultora legislativa Conceição Lima Alves, a esfera federal não se responsabiliza pelas delegacias da mulher nem pelas notificações de atendimentos abertas nos hospitais.

“O governo desenha a política que estados e municípios executam. Mas já se pode ver que alguns resultados estão aparecendo, como a exclusão de todas as capitais no ranking dos 100 municípios com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres”, explica.

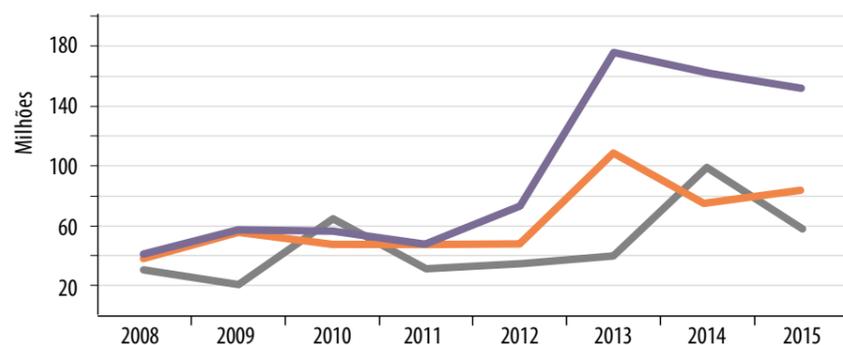
A Lei Maria da Penha (Lei

ARTE SOBRE FOTO DE JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO

O Ligue 180 envia as denúncias para a segurança pública com cópia ao Ministério Público de cada estado e a outros órgãos de investigação

Orçado x empenhado x pago

Ações contra a violência: curvas diferentes devem-se à dinâmica de execução de despesas, já que recursos orçados podem ser contingenciados, por exemplo



- Orçamento aprovado (autorizado + créditos adicionais)
- Empenhado (serviços e obras contratados e convênios assinados)
- Executado (pago + Restos a Pagar pagos)

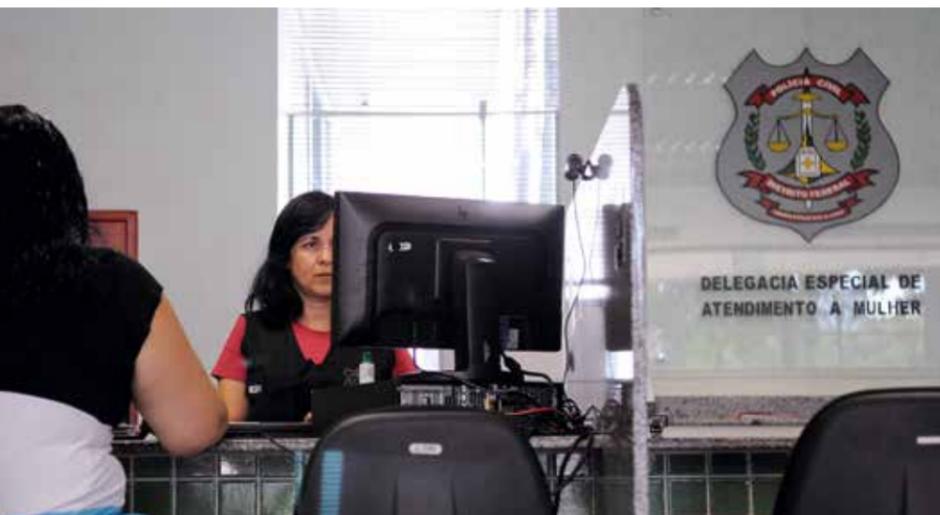
Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)

11.340/2006) pontua várias análises contidas no relatório, ainda que não seja, ela mesma, objeto de avaliação. A lei é usualmente mencionada como a principal arma jurídica contra a violência doméstica, mas, dentro ou fora do Senado, há dificuldades em se traçar uma relação estatística direta entre essa norma e eventuais freios impostos ou autoimpostos a impulsos homicidas. De todo modo, como diversas ações são decorrentes de mandamentos da lei, conclui-se que a norma tem contribuído para evitar atos violentos na seara doméstica. O problema é que, em razão do aumento da disposição para denunciar e das agressões motivadas

por diversos estímulos em voga, como o uso de drogas, os condutores de políticas públicas topam com muitas variáveis desconhecidas na hora de quantificar e qualificar de maneira acurada a violência que tem vitimado a mulher ao longo dos últimos anos.

O que levou as taxas de assassinatos a cair nos estados de Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro? “Circunstâncias locais, que devem ser estudadas, mais que fatores globais. É difícil indicar uma tendência nacional”, diz o Mapa. O coitejo com o relatório sugere uma possível relação entre aumento de verbas e resultados. São Paulo e

Índices de violência continuam alarmantes, mas são influenciados pelo aumento das notificações feitas pelas próprias vítimas



ARTHUR MONTEIRO



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Regina Sousa: a sociedade rejeita qualquer teoria que culpe a vítima e leve à impunidade do agressor

Rio de Janeiro estão entre os estados que apresentaram diminuição dos índices de violência contra a mulher desde a edição da Lei Maria da Penha e que receberam os maiores volumes de recursos para ações de enfrentamento no período de 2008 a 2015 (veja gráfico na página ao lado).

Feminicídio

Mesmo na incerteza, 10 anos depois da LMP, outras barreiras são erguidas no ordenamento jurídico. A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) é uma delas.

“Esse é um marco porque transmite a mensagem clara de que a sociedade rejeita qualquer teoria que culpabilize a vítima, vitimize o agressor e fomenta a impunidade, além de não mais tolerar o assassinato de mulheres como demonstração do poder masculino”, afirma a senadora Regina Sousa (PT-PI), relatora da avaliação conduzida tecnicamente pela Consultoria Legislativa do Senado.

Além do combate às agressões, ela destaca a prevenção, a assistência e a garantia de direitos das mulheres que integram a política pública avaliada. Tais necessidades estão incluídas em serviços que tiveram prioridade nos investimentos do governo federal entre 2013 e 2015: a já mencionada Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), o atendimento às mulheres em situação de violência

Observatório da Mulher vai gerar estatísticas e análises

Promulgada em 30 de março, a Resolução 7/2016 do Senado criou, no âmbito da Casa, o Observatório da Mulher contra a Violência, que vai analisar e produzir estatísticas e relatórios a partir de dados oficiais e públicos sobre o assunto. Proposto pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), o observatório também vai elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, atendimento às vítimas e combate à violência.

O serviço funcionará dentro da estrutura do DataSenado, unidade responsável por sondar a opinião pública sobre temas do interesse do Parlamento. Outra resolução promulgada (PRS 8/2016) determina que o DataSenado produza análises e relatórios estatísticos para subsidiar as avaliações de políticas públicas pelas comissões permanentes.

E o material vai orientar da mesma forma o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM).

No campo da informação, o diagnóstico das políticas públicas de combate à violência contra a mulher apresentado à CDH gerou um importante fruto: o projeto de lei (PLS 8/2016), que cria a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo), aprovado pela Casa no último dia de março e enviado à Câmara.

O Pnainfo integra os órgãos de atendimento à mulher em situação de

violência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Serão produzidas informações como o perfil das mulheres agredidas, o local das ocorrências e as características do agressor para comporem cadastro nacional de informações que facilitará comparação sistemática dos índices de violência.

Simone Tebet propôs a criação de observatório estatístico no Senado a partir de dados oficiais e públicos



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

e a Casa da Mulher Brasileira. Os recursos antes estavam mais pulverizados.

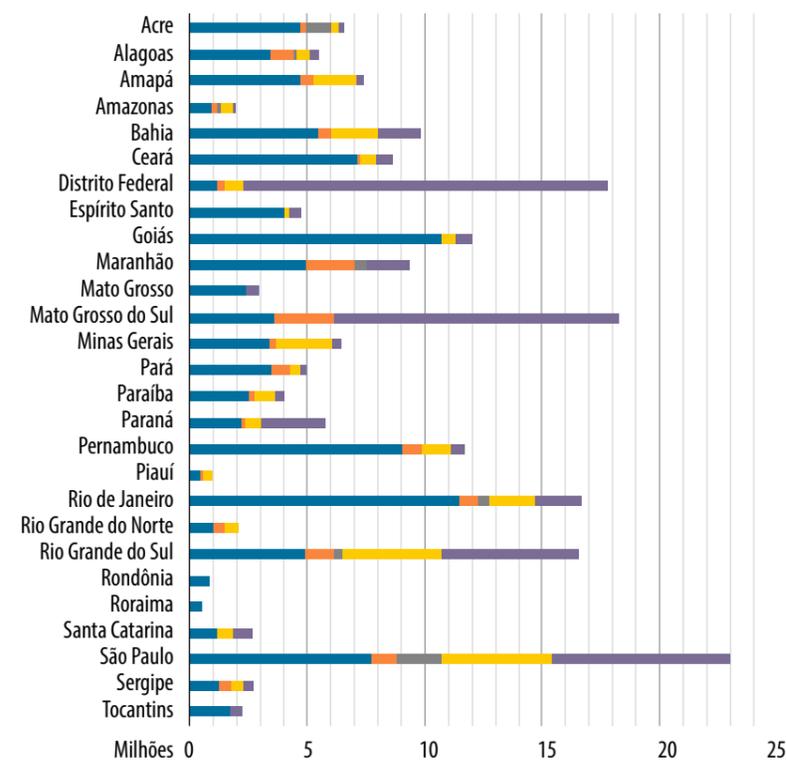
Somente para o Ligue 180, as verbas empenhadas passaram de menos de R\$ 3 milhões, em 2008, para mais de R\$ 13 milhões, em 2015. De 2014 para 2015, as chamadas aumentaram 54,4%, alcançando 749.024 atendimentos — média de 62.418 por mês e 2.052 por dia.

Do mesmo modo, houve o aumento dos recursos no Orçamento destinados à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) — de R\$ 41,88 milhões em 2008 para R\$ 151,64 milhões em 2015. Ainda assim, as políticas sofrem as consequências da crise fiscal instaurada em 2014 e que motivou a queda dos valores efetivamente pagos a obras e serviços (gráfico na página anterior). Isso gerou advertência no relatório da CDH.

Se os índices de violência permanecem alarmantes, parece que a própria implementação de políticas já é um resultado em si. Desde 2003, a Lei 10.778 tornou compulsória a notificação de atos praticados contra as vítimas atendidas nos serviços de saúde. Antes disso, as ocorrências eram mais comumente registradas nas delegacias da mulher — a primeira foi criada em 1985.

Orçado x empenhado

Distribuição, por estado, de recursos repassados a entidades no âmbito de ações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres



- Ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência
- Capacitação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência
- Apoio a iniciativas de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de violência
- Apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres
- Atendimento a mulheres em situação de violência

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)



Marcha das Vadias em Brasília: mulheres reivindicam soberania integral sobre seus corpos

Igualdade de gêneros entra de vez na pauta

Nos últimos anos, o debate em torno da igualdade de gêneros, isto é, dos papéis sociais atribuídos a cada sexo, tem atingido temperaturas elevadas no Brasil graças a pelo menos dois fatores associados: a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003 pelo governo Lula, e a ampliação do acesso à internet.

Os esforços da SPM e de secretarias similares nos outros níveis da Federação, assim como de organizações não governamentais, em colocar o tema na agenda do país combinou-se ao trânsito livre e intenso de informação pela rede mundial de computadores e dinamizou a discussão. Como é natural em todo processo que começa a gerar mudanças legais e de comportamento, as posições sobre essa demanda se explicitaram e ganharam destaque.

Até o final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), quando foi criada a Secretaria dos Direitos da Mulher do Ministério da Justiça, a questão era tratada no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instituído em 1985, primeiro ano da chamada Nova República, quando a imprensa escrita estava

presa somente ao papel.

Chega de Fiu Fiu

À medida que as redes disponibilizaram um fluxo ininterrupto de mensagens de todos os matizes e fontes, as palavras de ordem clássicas e as mais recentes ganharam o colorido que vai da reivindicação por salários equivalentes até o direito de abortar. Agora exige-se respeito radical e minucioso à soberania da mulher sobre o seu corpo, o que inclui o direito de não receber cantadas, de não ser assediada, nem com o ancestral fiu fiu ou olhares maliciosos, muito menos com apalpadelas.

“Gente, eu quero não ter que mudar de caminho para não passar sozinha onde tem um monte de homens parados. Foi exatamente o que fiz há pouco. Passei tanto tempo da vida ouvindo um monte de besteiras na rua que já nem percebo mais e acabo me privando de certas coisas”, comentou Lygia Pontes em 4 de dezembro de 2014, numa postagem na página da comunidade Chega de Fiu Fiu do Facebook.

A outra novidade é que a corrente central da luta por igualdade de gêneros confluuiu para um estuário onde se encontraram categorias de vítimas relacionadas,

como a dos homossexuais e a dos transgêneros. A internet serviu do mesmo modo para mostrar que a questão do assédio, considerada como um ponto crucial da opressão masculina, embora encontrada no Brasil, é um problema a preocupar mulheres e autoridades em Londres ou Pequim.

Do exterior, veio igualmente a inspiração para muitas formas de protesto. A Marcha das Vadias ganhou notoriedade durante as iconoclásticas manifestações de junho de 2013. Incorporar o nome ofensivo é uma estratégia de certos grupos para reverter a agressão a eles direcionada pelos que acham que, se uma mulher mostra o corpo, é um tipo de libertina sexual e não deve reclamar nem de assédio nem de estupro.

Na babel da internet, disputa atenção uma miríada de casos de violência, registrados ou não em vídeo. Pode ser a mulher que foi tocada indevidamente no Carnaval, pode ser o assédio a meninas de 10, 11 anos por um familiar.

Se as polêmicas unem mulheres que sofreram algum tipo de aproximação ou contato violento da parte dos homens (a maioria, segundo as pesquisas), põem no extremo oposto aquelas que defendem maior recato no vestir-

-se e no portar-se ou, em outro quadrante, aquelas ciosas de um maior grau de liberdade individual em relação aos códigos politicamente corretos. Foi o que se deu em fevereiro deste ano, quando a atriz Fernanda Torres publicou no jornal *Folha de S. Paulo* um artigo criticando o que considerava excessos do feminismo:

“Minha babá era um avião de mulher, uma mulata mineira chamada Irene que causava furor onde quer que passasse. Eu ia para a escola ouvindo os homens uivando, ganindo, gemendo, nas obras, nas ruas, enquanto ela seguia orgulhosa. Sempre associei esse fenômeno à magia da Irene. O assédio não a diminuía (...), era um poder admirável que ela possuía e que nunca cheguei a experimentar. (...) A vitimização do discurso feminista me irrita mais do que o machismo. Fora as questões práticas e sociais, muitas ve-

zes a dependência, a aceitação e a sujeição da mulher partem dela mesma.”

Mea culpa

Depois de receber uma saravada de reprimendas, Fernanda publicou um novo artigo em que rejeitava os termos do primeiro:

“Cresci num ambiente de extrema liberdade, conquistada, diga-se, com a ajuda de movimentos feministas anteriores a mim. Era uma época de um machismo muito arraigado, do qual guardo heranças, mas que, lamentavelmente, ainda à época não estava identificado de forma direta com o estupro e a violência. (...) Entendi com as respostas ao meu artigo que, hoje, os movimentos feministas lutam para que essa associação seja clara. Inclusive no que se refere ao direito de ir e vir sem assédio. Refleti durante toda semana e o que me cabe são pro-

fundas desculpas. Procurarei estar atenta e comprometida com essas reivindicações.”

No Senado, a procuradora especial da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), resumiu a complexidade do tema durante um debate nas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), em abril de 2014: “Nós carregamos uma grande dose de machismo, não apenas os homens, mas também as mulheres. Todo ser humano é fruto do ambiente em que foi criado e, apesar da legislação criminalizar a discriminação, as práticas sociais precisam ser modificadas para garantir igualdade entre homens e mulheres”.

Segundo a subsecretária de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal, Lúcia Bessa, com a internet, manifestam-se fenômenos no campo da invasão de privacidade, entre os quais a emissão de comentários “que não se caracterizam pela temperança e, por isso mesmo, são reveladores de quão profunda ainda é a cultura da misoginia”. Sintomaticamente, a Lei Maria da Penha não trata apenas da violência física e sexual, mas também moral, psicológica e patrimonial.

Vanessa Grazziotin: compartilhamos, homens e mulheres, uma grande dosagem de machismo



Leniência com estupro causou polêmica nas redes

Depois de protagonizar no Facebook a campanha “Eu não Mereço ser Estuprada”, a jornalista Nana Queiroz, hoje diretora-executiva do site AzMina, participou em reunião conjunta da CDH e da CAS de debate sobre o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que a levava a protestar. A princípio, os pesquisadores afirmaram que 65% dos brasileiros consideravam merecido a mulher ser atacada se mostrasse o corpo. Depois corrigiram o percentual para 26%, alegando erro de tabulação.

Na ocasião, Nana recomendou que a sociedade e o poder público educassem as crianças desde cedo para entenderem as situações de assédio.

Em entrevista a **Em Discussão!**, ela classificou a campanha como muito importante para que se entendesse “que a vítima jamais pode ser culpabilizada pela violência e pelo estupro”. Ainda assim, a página do Facebook teve que ser fechada porque muitos homens aproveitaram o espaço para insultar e ameaçar as participantes.

Na opinião de Nana, a acusação aos grupos de ativismo de ferirem as liberdades individuais no campo da linguagem, por exemplo, não se sustenta. “A liberdade de oprimir, ninguém nunca deveria ter tido”, cobra.

Mas ela aconselha os ativistas a não transformarem o politicamente correto “em algo muito rígido, um discurso excludente”, do qual participe uma “militância fechada em si mesma”, levando as pessoas comuns a serem acusadas de preconceito e outras atitudes.



Autores de agressões frequentam as Tardes de Reflexão, no DF, coordenadas pelo psicólogo Luís Henrique Aguiar

REPRODUÇÃO VIDEO YOUTUBE/GDF

Tratar o agressor, solução inovadora

Os autores de agressões contra mulheres poderão ter a chance de rever seu comportamento e adotar novas formas de conduta, caso a Câmara dos Deputados confirme decisão do Senado, que, no dia 31 de março, aprovou uma proposta tida como uma das grandes inovações no enfrentamento à violência de gênero: os programas de redução dos homens que praticam atos ofensivos à integridade das mulheres.

O projeto (PLS 9/2016), da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e que passou no Plenário da Casa, é uma das recomendações da avaliação feita pelo próprio colegiado sobre a política pública a cargo do governo federal. O texto altera a Lei Maria da Penha e amplia as medidas protetivas da mulher previstas no artigo 23.

“Cuidar de um agressor é proteger diversas futuras vítimas, não só a vítima em si, a família da vítima, a família do agressor, o próprio agressor, a sociedade como um todo”, explicou a psicóloga Luciana Beco, integrante do serviço prisional de saúde do Distrito Federal em debate na CDH em dezembro de 2015. Foi essa rodada de discussões que forneceu o conjunto de informações factuais, es-

tatísticas e teóricas para a elaboração do projeto. “A prática puramente punitiva aplicada pelo Direito Penal brasileiro não tem impacto na diminuição da reincidência da violência e nem tampouco na mudança no comportamento sexual humano”, observou Luciana.

O encaminhamento a esse tipo de programa, já recomendado por organizações internacionais e pelo Ministério Público do Brasil, está previsto no artigo 45 da Lei Maria da Penha, mas apenas para presos. A alteração feita pelo projeto aplica-se mesmo na fase de inquérito policial, que é anterior ao processo na Justiça, e facilita a prevenção de novas agressões.

Escuta terapêutica

“Não existem monstros. Não há nenhum marciano. São seres humanos capazes de atos monstruosos. Mas nós percebemos no presidio que, quando eles são olhados como pessoas, passam a se comportar como pessoas”, diz a psicóloga, que recomenda um acompanhamento prolongado desses homens para evitar a reincidência.

Segundo a subsecretária de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal, Lúcia Bessa, os Núcleos

de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (Nafavds) nasceram de um termo de cooperação técnica com o Ministério Público e prestam atendimento aos autores de violência doméstica e também aos familiares envolvidos. Esse atendimento objetiva “o empoderamento e a escuta terapêutica das mulheres e dos seus dependentes, vítimas da violência e, quanto aos agressores, busca a responsabilização pelas violências praticadas em um contexto reflexivo que favorece a construção de alternativas à violência para a resolução de problemas familiares”. Em 2015 foram realizados 9.427 atendimentos multidisciplinares no âmbito dos Nafavds.

O psicólogo Luís Henrique Aguiar, coordenador das Tardes de Reflexão, explica que os homens encaminhados ao programa — parceria do Ministério Público com o governo do DF — estão em algum estágio de processo judicial com base na Lei Maria da Penha. “Procuramos desmistificar a violência como algo banal ou naturalizado. Eles precisam assumir o que fizeram para que haja alguma mudança ou aprendizado”, explica em vídeo postado no YouTube (<https://goo.gl/KtYzk2>).

Conforme testemunhou na CDH Jamilson Haddad Campos, juiz da Primeira Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá, “o Brasil dá passos largos no enfrentamento da violência [de gênero]”.

Atrevimento

O programa Lá em Casa Quem Manda É o Respeito, de Mato Grosso, procura reeducar presidiários por meio de atendimento psicológico e palestras. “Eles passam a contar as suas histórias de homens sofridos, que viram a mãe sendo espancada pelo pai ou padrasto, de homens que apanharam muito também na infância e que tiveram que pegar mulheres para provar sua masculinidade”, contou às senadoras a promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Dalla Costa.

Assim como em Mato Grosso e no Distrito Federal, no Rio Grande do Norte as equipes de atendimento procuram demover os

agressores da crença de que têm o direito a golpear as companheiras por serem “suas”. E de acreditarem que isso não é crime.

“Eu não bati nela, eu bati no atrevimento dela”, ouviu de um desses homens a promotora de Justiça Erica Veras, responsável pelo programa Grupo Reflexivo de Homens. Do mesmo modo que no DF, em Natal optou-se pela denominação “autor de agressão”, em vez de “agressor”. A ideia é fugir ao reforço negativo do estigma e facilitar a absorção de novos conceitos e atitudes. Erica compartilha a convicção de que o conteúdo machista “é um padrão aprendido, passado de geração em geração”.

Apesar desse contexto difícil, os resultados animam. “Nós esperávamos reduzir em 50% [as agressões], mas temos três anos de funcionamento e mais de 300 homens já passaram pelo grupo em três cidades diferentes do Rio Grande do Norte. Surpreendentemente, mantemos o índice de reincidência



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Promotora de Justiça, Erica Veras relata trabalho de conscientização que evitou reincidência de agressões

zero”, relatou a promotora. Muitos dos participantes se dizem gratificados pelo novo status. Chegam inclusive a voltar ao grupo, ávidos por “participar de novo”.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou as iniciativas, mas se disse preocupada com uma avaliação mais rigorosa e sistemática das políticas públicas nesse setor.

O homem entra na luta ao lado da mulher

Se a cultura machista é renitente e se manifesta até de maneira perversa, aproveitando-se de tecnologias digitais, posicionamentos de vanguarda por parte de uma parcela dos homens permitem antever um quadro de maior igualdade nas relações entre os gêneros. Várias campanhas têm obtido sucesso, como a Homem de Verdade não Bate em Mulher, patrocinada pelo Banco Mundial, para a qual deram depoimentos celebridades como o ator Cauã Reymond.

A campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres foi lançada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2011, como resposta do governo brasileiro à convocação da Organização das Nações Unidas (ONU), que, pela primeira vez, buscou protagonismo dos homens na luta contra a violência de gênero. Apesar do apoio entusiástico recebido pela maioria dos internautas, a página da campanha na web recebeu comentários como o de “Alex”, que em 2012 criticou o foco do projeto: “Os homens também sofrem com a violência psi-

cológica e física por parte das mulheres”. Uma demonstração de que retirar a crosta cultural a permear as relações sociais não será tão fácil.

Por entender que uma sociedade igualitária exigirá labor conjunto de mulheres e homens, a partir de 2016 o Senado passou a homenagear também os homens com o prêmio Bertha Lutz. O ministro do Supremo Tribunal

Federal (STF) Marco Aurélio Mello foi o primeiro a receber o diploma. Quando presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele lançou em 2014 a campanha Mais Mulheres na Política. E ajudou a conceber a ideia publicitária “Todo Poder às Mulheres”, defendendo maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação na sociedade.



Marco Aurélio recebe o prêmio Bertha Lutz, antes exclusivo de mulheres que se destacam na causa feminina. À esquerda, a titular da SPM, Eleonora Menicucci

Proteção às vítimas ainda é insuficiente

O enfrentamento à violência doméstica é um dos temas mais desafiadores para o desenvolvimento de políticas públicas. A Lei Maria da Penha procurou tratar o problema de forma integral. Além de aumentar a pena para os agressores, estabeleceu instrumentos de proteção e acolhimento de emergência às vítimas e previu mecanismos para oferecer assistência social à mulher agredida.

Passados 10 anos de vigência da lei, a real oferta dessa proteção, no entanto, ainda é insuficiente. Em 2011, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional para investigar, entre outras questões, denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação dos instrumentos legais de proteção às mulheres em situação de violência. O relatório da comissão foi aprovado em julho de 2013 e não há dados disponíveis para se aferir a mudança do quadro.

Depois de visitar todas as unidades da Federação, a CPMI constatou que eram poucas as

delegacias da mulher (*veja infográfico*). Em Roraima, estado onde proporcionalmente mais se assassinam mulheres no Brasil (15,3 homicídios por 100 mil mulheres), havia apenas uma delegacia. No país, as unidades especializadas nem sempre funcionavam a contento. Muitas estavam sucateadas. A mulher agredida não conseguia apresentar queixa de madrugada nem no fim de semana por falta de plantonistas.

Engavetados

Na delegacia da mulher de Manaus, a CPMI encontrou 4,5 mil inquéritos engavetados. Em razão do acúmulo, muitos crimes acabaram prescrevendo. Em Boa Vista, a delegacia da mulher não tinha telefone nem internet. Viaturas estavam paradas por falta de gasolina. Uma das raras delegacias exemplares era a de Brasília.

No restante do Brasil, boa parte dos casos de violência doméstica precisava ser denunciada

em distritos policiais comuns, onde os agentes e delegados não têm sensibilidade nem treinamento para acolher as mulheres. Muitas vezes, o depoimento era marcado para vários dias mais tarde, o que deixava as vítimas sujeitas a novos ataques.

A mulher agredida encontrava pouco amparo adequado na Justiça, constatou a CPMI. O número de juizados de violência doméstica era ainda mais baixo que o de delegacias. Cada estado tinha, em média, três juizados, concentrados nas capitais e com pouquíssimos juizes e funcionários, o que levava a duas consequências.

A primeira é que os processos se acumulavam e as sentenças eram proferidas tarde demais. Em Minas Gerais, os três juizados especializados contabilizavam, juntos, 58 mil processos à espera de julgamento. A segunda consequência é que muitos juizados acabavam tratando apenas do aspecto criminal e ignoravam as demandas cíveis. Pela Lei Maria da Penha, os juizados precisam tratar tanto da prisão do agressor quanto do divórcio, da guarda de filhos e da pensão alimentícia, já que a origem dos problemas é uma só.

Programas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE, de 2013, mostrou que o número de cidades com alguma estrutura para formulação, coordenação e implantação de políticas para mulheres passou de 1.043 em 2009 (18,7%) para 1.533 (27,5%) em 2013. Dos 1.533 municípios, apenas 229 tinham orçamento específico para essas políticas.

Uma delas é a das casas-abrigo para mulheres em situações de

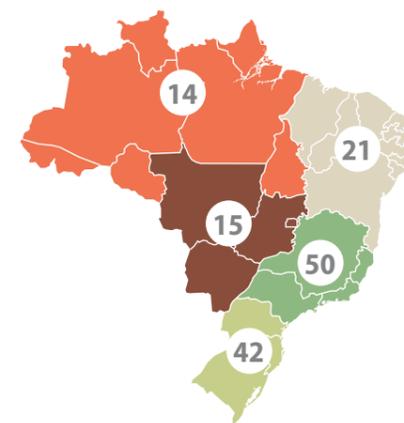
Mulheres alojadas em casa-abrigo com filhos: estrutura está presente em apenas 2,5% das cidades brasileiras

Atendimento à mulher

Oferta de serviços especializados de proteção e acolhimento a mulheres agredidas é maior em grandes cidades

Casas-abrigo

Em 2013, havia 155 casas-abrigo em 142 cidades brasileiras ou 2,5% do total de cidades. Nos estados do Acre e de Roraima, não havia uma casa-abrigo sequer

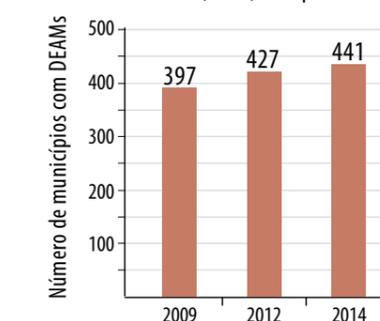


Nos 3.852 municípios com menos de 20 mil habitantes há apenas 16 casas-abrigo

Nos 39 municípios com mais de 500 mil habitantes há 24 casas-abrigo

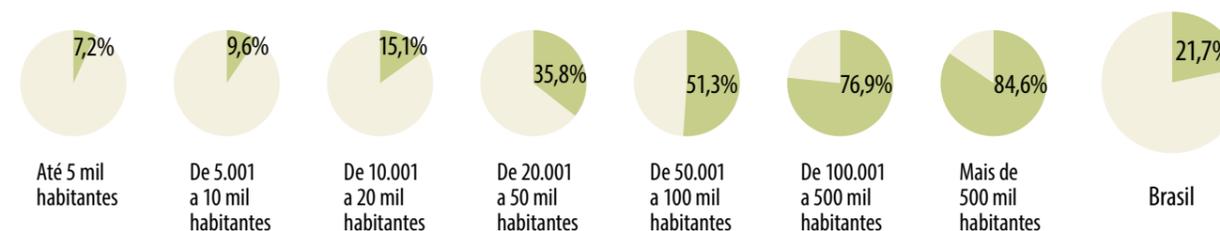
Deam

Poucos municípios têm delegacias especializadas no atendimento à mulher (Deam) e a expansão é lenta



Serviços especializados

Percentual de municípios com serviços especializados de gestão municipal para mulheres em situação de violência, segundo o tamanho da população:



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2013, IBGE.

violência, que funcionam em apenas 2,5% das cidades. De acordo com o IBGE, em 2013 havia 155 casas em 142 cidades brasileiras, nenhuma delas nos estados do Acre e de Roraima, este último recordista de homicídios de mulheres, em termos proporcionais à população.

Segundo o levantamento, a falta de casas-abrigo é especialmente preocupante nos 3.852 municípios com até 20 mil habitantes. Havia apenas 16 delas nesse universo. Em 61,5% das localidades com mais de 500 mil habitantes (*veja infográfico*), o equipamento estava presente.

Outra descoberta da pesquisa do IBGE é que 35% das casas-abrigo não tinham o endereço guardado sob sigilo, um cuidado para afastar os agressores. Em apenas 29,7% delas eram realizadas atividades profissionalizantes. Por lei, as casas-abrigo devem também prestar atendimento psicológico, social, jurídico, atividades culturais, encaminhamento

para programas de geração de renda e acompanhamento pedagógico de crianças. Leque semelhante de atividades está incorporado a uma política pública iniciada em 2015, a Casa da Mulher Brasileira, que possui apenas abrigo passageiro.

A pesquisa do IBGE constatou que 21,7% das cidades ofertavam outros serviços especializados, como delegacias e juizados. A oferta deles era maior em cidades com mais de 500 mil habitantes (85%) e muito baixa nas com até 10 mil habitantes (menos que 10%).

Disque-denúncia

Para que a Lei Maria da Penha seja um instrumento efetivo na proteção às mulheres, é importante assegurar a possibilidade da denúncia. Há dez anos funciona o o Ligue 180, canal de comunicação telefônica que recebe queixas de forma gratuita e confidencial e dá orientações. O 180 é gerenciado pela Secretaria de Políticas

para as Mulheres (SPM) do governo federal.

Criado como uma central de atendimento à mulher, o serviço

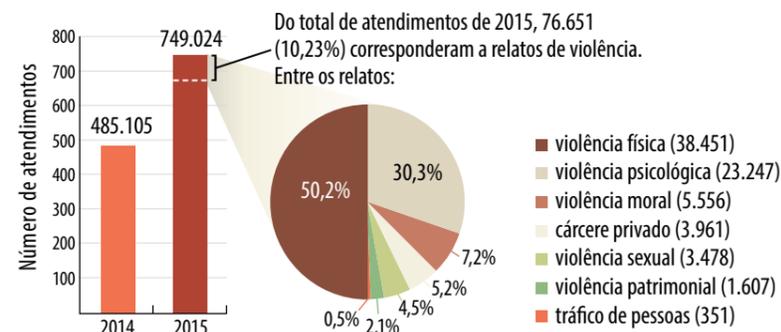


Em 2014, o **Jornal do Senado** recebeu prêmio por trabalho sobre a CPMI. Veja encarte em <http://goo.gl/VqmfX9>

foi transformado em disque-denúncia em 2014. No novo formato, as acusações são encaminhadas aos sistemas de segurança pública e ao Ministério Público do estado onde está a vítima, o que pode dar mais agilidade à resposta esperada. Segundo a SPM, havia uma expectativa das mulheres que ligavam de que a denúncia desse início a uma investigação criminal. O Ligue 180 funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, e pode ser acionado de qualquer lugar do Brasil.

Ligue 180

Desde 2014, serviço passou a encaminhar denúncias recebidas à polícia e ao Ministério Público. Número de atendimentos cresceu 54,4% em um ano



Fonte: Secretaria de Política para as Mulheres

Patrulhas reduzem reincidência de agressões

Outros programas também têm mostrado bons resultados na oferta de proteção às vítimas. Um deles é a Ronda Maria da Penha, grupo de policiais militares especificamente treinados para visitar periodicamente as residências de mulheres em situação de violência doméstica. A ronda verifica o cumprimento das medidas protetivas, como o afastamento do agressor, e reprime atos de violência.

As patrulhas já funcionam em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Campo Grande, Fortaleza, Salvador, Vitória e Manaus. No início de abril, a Comissão de Direitos Humanos aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 547/2015, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que cria programa para expandir o serviço a todo o

país. A relatora do projeto, senadora Regina Sousa (PT-PI), sublinhou os bons resultados já alcançados pela experiência: "Em Manaus e Curitiba, por exemplo, a reincidência do agressor, nas áreas atendidas, beira zero".

Botão do pânico

Em Vitória, mulheres sob ameaça de ex-maridos, namorados ou companheiros contam desde 2013 com um mecanismo eletrônico de proteção: o botão do pânico. O equipamento foi distribuído a 100 delas que estão sob medida protetiva na 11ª Vara Criminal de Vitória. Pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima fixada pela ordem judicial. O aparelho capta e grava conversas num raio de até cinco metros. A

gravação pode ser usada como prova em investigações.

O botão do pânico também dispara informações para uma central de operações da polícia, com a localização exata da vítima, para que um carro da ronda seja enviado ao local.

Em audiência na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher em novembro, a representante do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva, Franceline de Aguiar Pereira, disse que as mulheres que aderiram ao projeto resgataram seu direito de ir e vir. "Os sentimentos e sensações experimentados pelas mulheres após o recebimento do botão do pânico são proteção, coragem, segurança, justiça e tranquilidade. Elas se sentem empoderadas", atestou.

Depois de identificados os casos mais graves, com a implantação do dispositivo, nenhuma das vítimas voltou a ser agredida. Como resultado dessa ou de outras políticas, o fato é que o número de homicídios na capital, que liderava os casos de assassinato de mulheres no Brasil, caiu desde 2013: naquele ano foram 15 casos; em 2014 foram 12 mulheres assassinadas; e em 2015 foram registrados 8 casos de feminicídio.

Ronda Maria da Penha: grupo de policiais militares treinados checam cumprimento de medidas protetivas



MATEUS PEREIRA/GOV.BA



Casa da Mulher Brasileira em Brasília: conforto e privacidade facilitam a recuperação de vítimas de agressões

NELSON OLIVEIRA/SENADO FEDERAL

Casa da Mulher inaugurou o atendimento integrado

Concebida para funcionar como centro agregador de ações, a Casa da Mulher Brasileira tem levado esperança aos que lutam pelo fim da violência doméstica contra a mulher. O lugar revoluciona o atendimento por integrar, num mesmo espaço, diversos serviços especializados, como delegacia e juizado; Ministério Público; Defensoria Pública; apoio psicossocial; promoção da autonomia econômica; brinquedoteca para os filhos das vítimas; alojamento de passagem; e central de transporte. Esse modelo evita a peregrinação da mulher por várias repartições, roteiro capaz de ressuscitar a experiência psíquica do trauma.

O ambiente arejado da Casa contribui de imediato para a recuperação do bem-estar das vítimas, segundo Thais Marques, da equipe de coordenação da unidade de Brasília, onde, desde junho de 2015, já foram atendidas 800 mulheres, num total de 3 mil ações. Como o local ainda não funciona 24 horas por dia, o alojamento de

passagem tem utilização restrita.

Além da Casa de Brasília, inaugurada com a presença da presidente Dilma Rousseff, há outra em Campo Grande. Durante audiência no Senado, a secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Aparecida Gonçalves, informou que mais seis estão em construção em Boa Vista, Curitiba, Fortaleza, São Luís, São Paulo

e Salvador. Ela citou o "excesso de burocracia" entre os empecilhos à instalação desse serviço nas capitais restantes.

Superar entraves administrativos foi o que fizeram em 28 de março a subsecretária de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal, Lúcia Bessa, e a coordenadora da Casa de Brasília, Iara Lobo, ao discutirem com representantes do Programa Nacional de Ensino



Iara Lobo (D), da Casa da Mulher, com Lúcia Bessa: fim do ciclo de violência inclui a emancipação econômica das vítimas por meio da qualificação profissional

NELSON OLIVEIRA/SENADO FEDERAL

Técnico (Pronatec) formas de levar ao local cursos destinados a capacitar vítimas e libertá-las do jugo econômico de seus companheiros.

Lúcia Bessa usa a palavra “sonho” para definir a Casa e conclama mais mulheres a procurarem atendimento ali. Apesar da localização muito próxima ao centro da capital, na Quadra 601 Norte, o espaço está subutilizado. As explicações para esse fato são o relativo desconhecimento da população sobre a existência da Casa, a resistência maior da classe média a se expor, apesar da situação resguardada do lugar, e a capilarizada rede de serviços de atendimento à mulher no DF.

Tanto a Casa de Brasília quanto a de Campo Grande, inaugurada

em fevereiro de 2015, foram construídas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). A de Brasília, com 3.671 metros quadrados, custou R\$ 7,9 milhões. Mais R\$ 877,6 mil foram investidos em mobiliário e eletrodomésticos. A de Campo Grande teve investimento de R\$ 18,2 milhões (R\$ 7,8 milhões para a construção e o restante para custeio e aparelhamento).

Banalização

Por enquanto, as Casas da Mulher estão vinculadas à Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas serão repassadas em algum momento ao Governo do Distrito Federal e à Prefeitura de Campo Grande.

Iara Lobo defende a concentração de recursos nesses espaços pelo potencial que têm de atingir um grande público e resolver vários problemas ao mesmo tempo. Ela avalia positivamente as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e os resultados de leis como a Maria da Penha e a do feminicídio. “Não estamos enxugando gelo. É que as mudanças são lentas mesmo. Temos os homens de mãos dadas pode acelerar esse ritmo.” Iara assinala que a violência doméstica está presente em todas as classes sociais. Além do machismo, o uso de álcool, pobreza e outros tipos de vulnerabilidade aumentam as chances de uma agressão.

Para o agente de polícia Sérgio



O agente de polícia Sérgio Canguçu prega um esforço para reverter o quadro de banalização da violência

e-discussão!



“O que você acha que pode ser feito para diminuir os casos de violência contra a mulher?”

Ana Miranda Os grandes homens do país com estudo e bons salários são os primeiros a terem opiniões misóginas e preconceituosas. A educação ajuda; a punição auxilia, mas discutir isso entre crianças, adolescentes, pais, mães e políticos é essencial. Não vir com papo de que é “mi mi mi”, como sempre ouvimos. Tem que falar, sim, na escola, em casa, no Parlamento, no Face. Isso é necessário para acabar com conceitos ultrapassados, que vêm de geração em geração e acabam perpetuando essa sociedade machista.

Accesse o debate:
<http://migre.me/tqIUE>

Canguçu, que trabalha no discreto posto da Delegacia da Mulher da Casa, a concepção do local dá conforto e privacidade às vítimas. Sua experiência como policial, porém, o fez ver que, além do universo específico de algumas políticas públicas, o país precisa mudar quanto a valores: “A banalização da violência e a pouca responsabilização pessoal são assustadoras. Nos acostumamos a achar que o mal está só no que os outros fazem”.

Empoderamento, mais que uma moda

Como em todas as chamadas lutas por reconhecimento, o vocabulário, o discurso e a narrativa são uma importante frente de peleja. “Empoderar” a mulher tem sido visto como fator crucial em relações que precisam chegar a um termo de igualdade.

A propósito, no dia 23 de março, foi enviada à sanção da presidente Dilma Rousseff o projeto da senadora Fátima Bezerra (PT-RN) que institui 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. Oito dias depois, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, fez, no Plenário do Senado, o lançamento da campanha Mulheres na Política. Afirmou que aquela Corte se esforça para interpretar a legislação eleitoral de forma a ampliar a participação feminina. O tribunal tem punido partidos que descumprem as regras sobre cotas do Fundo Partidário e não tratam da igualdade de direitos entre os gêneros no horário eleitoral gratuito.

Toffoli observou na ocasião: “Mais do que cumprir cotas de gênero nas candidaturas, é preciso dar real efetividade a mecanis-

mos legais no que tange a esse assunto. É parte de um desafio cultural que envolve toda a sociedade brasileira”.

Representação

Para o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), as normas têm de acompanhar o princípio da representação, fundamento da democracia. Ele discorda da PEC 38/2015, de autoria da deputada Luíza Erundina (PSOL-SP), que garante pelo menos uma vaga para as mulheres nas Mesas da Câmara, do Senado e das comissões das duas Casas. A PEC foi aprovada no dia 30 de março na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde era relatada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher na Casa, e agora segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado. No entender de Aloysio, os cargos têm de espelhar a representação partidária, que, por sua vez, espelham “a soberania do voto”. A cota conferiria ao voto dado a uma mulher peso maior do que o dado a um homem.

O senador teme que a proposta abra um precedente “gravíssimo” para que sejam solicitados ou-

tros tipos de cotas. Se o ponto de vista dele foi derrotado na CCJ, a proposta de emenda à Constituição (PEC), com origem no Senado, que estabelecia cota de 30% para as vagas no Legislativo, não passou na Câmara, em junho de 2015. Outra PEC do Senado, porém, foi aprovada em setembro e está à espera de uma decisão dos deputados. Ela não muda nada quanto às próprias cadeiras no Senado. Prevê um preenchimento obrigatório de vagas nas demais Casas legislativas do país num escalonamento de 10%, 12% e 16% em três legislaturas.

Espera-se que o empoderamento político contribua para re-frear a violência de gênero: com mais votos no Legislativo, mais leis e políticas favoráveis às mulheres podem ser aprovadas. “Enquanto a mulher não ocupar os espaços de poder, de mando, o homem vai enxergá-la como propriedade sua, podendo dispor do seu corpo como ele bem entenda, inclusive para agredi-la e tirar sua vida”, tem dito a senadora Vanessa Grazziotin.

A presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, Simone Tebet (PMDB-MS), reforça esse argumento: “A mulher, quando detém o poder, tem um olhar especial

Senadoras no início da atual legislatura, em fevereiro de 2015. Aos poucos, a mulher consolida sua força política



Instituições insistem na importância de denunciar

O histórico secular de violência contra a mulher permite supor que o aumento de denúncias contra ofensores nos últimos anos decorre do maior preparo do Estado para realizá-las. No entanto, o desafio de trazer todas ou quase todas as agressões à tona ainda está longe de ser vencido, como avalia a responsável pela Coordenação de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Distrito Federal, Luciana Holanda.

“A subnotificação nos impede de gerar indicadores que se tornem estatísticas e nos faz refletir sobre o motivo de as mulheres preferirem omitir as situações de violência sofridas”, diz Luciana.

Segundo os Institutos Data Popular e Patrícia Galvão, mesmo após a Lei Maria da Penha, as mulheres ainda têm vergonha de notificar crimes e medo de serem assassinadas caso venham a se separar do agressor. Há

muitos casos de homens que constituíram um novo lar e continuam perseguindo suas ex-companheiras.

Conforme Iara Lobo, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, as meninas e outras vítimas de estupro de vulnerável são prejudicadas pela recusa das famílias em fazer a notificação dos crimes, uma vez que, em sua maioria, são praticados por integrantes das próprias famílias ou por homens que com elas convivem.

para a saúde, a educação e as políticas públicas de assistência social".

Representação

Dos 11 cargos na Mesa do Senado, apenas um é ocupado por senadora — Ângela Portela (PT-RR). A Ouvidoria da Casa é comandada pela senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). E, pela primeira vez, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) é presidida por uma mulher, a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). Outra comissão sempre comandada por homens, a de Assuntos Econômicos (CAE), agora é presidida por Gleisi Hoffmann (PT-PR).

São conquistas significativas, mas não bastam, na visão das

parlamentares. A despeito de representarem 7 milhões a mais de votos, as mulheres ainda não têm representação proporcional a esse número no Parlamento. Em 2014, só 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina tem 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 12 senadoras (14,8% das 81 vagas), sendo que uma senadora está ocupando cargo em ministério.

Sobre a disputa municipal deste ano, Vanessa é pouco otimista. "Não há nada na atual conjuntura que tenha mudado de forma tão radical o cenário."

Ainda que a presença feminina na política esteja longe do ideal, o presidente do Senado, Renan

Calheiros, alerta para os avanços obtidos pela Casa nos últimos anos em várias frentes de fortalecimento do papel da mulher. No rol de conquistas pode-se assinalar, segundo ele, a criação da Procuradoria da Mulher do Senado em 2013 e a instituição do Observatório da Mulher, em 2016. "De todos os Parlamentos do mundo, talvez o Senado brasileiro seja o mais significativo do ponto de vista da votação de matérias de interesse da mulher", disse o presidente, ao lembrar das imposições da Lei Maria da Penha quanto a uma política nacional de dados de violência de gênero.

Sobre pautas femininas, veja o programa da TV Senado *Em discussão*: <http://goo.gl/V0486v>.

A batalha da liberdade e do respeito dá resultado

Ao participar de debate na página Chega de Fiu Fiu, em agosto de 2015, a internauta Adna Paula questionou o conceito de liberdade num contexto em que a mulher não pode caminhar pelas ruas "sem receber uma cantada invasiva e preconceituosa ou sem receber buzinadas". Diante desses constrangimentos, ela só vê uma saída: "Quanto mais empoderadas formos, mais chances de combater essas situações teremos. Ser chamada de chata vale a pena quando o que se ganha é respeito".

Nas redes sociais, as mulheres reclamam do discurso machista que as associa de forma excessiva ao prazer sexual, seja em conversas e atitudes, seja em produtos culturais, como novelas e campanhas publicitárias. Os protestos contra a dominação muitas vezes são chamados de "mi mi mi", gíria que quer dizer reclamação exagerada, lamúria, choradeira.

No Senado, as queixas das mulheres são levadas a sério e serviram de base para a elaboração de uma agenda de lutas. A senadora Ângela Portela, por exemplo, pretende atuar em três eixos em 2016: combate à violência doméstica contra a mulher, saúde e educação e participação política das mulheres. Do ponto de vista

orçamentário, quer destinar mais recursos para a ampliação da Rede Especializada de Atendimento à Mulher

e cobrar agilidade na aplicação efetiva de recursos na construção da Casa da Mulher Brasileira nos estados.



Campanha da ONG Think Olga nas redes sociais busca aproveitar a simbologia do empoderamento e constranger moralmente os agressores, que revidam tachando os protestos de "mi mi mi"



Grandes temas nacionais

em discussão!

A cada edição, a cobertura aprofundada de assuntos debatidos no Senado Federal e que afetam a vida de milhões de brasileiros. Leia esta e as demais edições também em www.senado.leg.br/emdiscussao



PACTO FEDERATIVO



O DESAFIO DA ENERGIA



REFORMA POLÍTICA



ESCASSEZ DE ÁGUA



RESÍDUOS SÓLIDOS



ESPIONAGEM CIBERNÉTICA



COPA DO MUNDO



FINANCIAMENTO DA SAÚDE



MOBILIDADE URBANA



TERRAS-RARAS



DÍVIDA PÚBLICA



ADOÇÃO



ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

JOVEM SENADOR

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa e o papel do Senado Federal.

Em 2016, o tema da redação será **“Esporte: educação e inclusão”**. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania.

Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

 senadofederal

 Alô Senado: 0800-612211

 jovemsenador@senado.gov.br

 Playlist Jovem Senador: goo.gl/rNVh50

Parceria:



Ministério da
Educação



Realização:

